



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS – FEF
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS - FIFE

EDNA MARTINS TEODORO JACOB
MAIRON AIRAN VIEIRA

**O DESENVOLVIMENTO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS – OUROESTE E OS IMPACTOS À
POPULAÇÃO ATENDIDA.**

FERNANDÓPOLIS

2015

**EDNA MARTINS TEODORO JACOB
MAIRON AIRAN VIEIRA**

**O DESENVOLVIMENTO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS – OUROESTE E OS IMPACTOS À
POPULAÇÃO ATENDIDA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às
Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação
Educação de Fernandópolis, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ms. Elaine Friozi G. Guimarães

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS FACULDADES INTEGRADAS
DE FERNANDÓPOLIS

Jacob, Edna Martins Teodoro
Vieira, Mairon Airan

O desenvolvimento dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS-Ouroeste e os impactos à população atendida, Edna Martins Teodoro Jacob e Mairon Airan Vieira, Fernandópolis, 2015; orientadora: Profª. Esp. Ms. Elaine Friozi G. Guimarães. Fernandópolis, 2015, 96 p.

Monografia (Conclusão de Curso – Graduação em Serviço Social. Área de concentração: Ciências Sociais) – Faculdades Integradas de Fernandópolis.

1- Dimensão Educativa. 2- Trabalho Social com Famílias. 3- Círculo de Culturas

FOLHA DE APROVAÇÃO

**EDNA MARTINS TEODORO
MAIRON AIRAN VIEIRA**

O DESENVOLVIMENTO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS – OUROESTE E OS IMPACTOS À POPULAÇÃO ATENDIDA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às
Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação
Educacional de Fernandópolis, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Examinadores:

Prof. Esp. André L.A. Campos
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis
Curso: Serviço Social

Prof^a. Ms. Eliane M. M. Amicucci
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis
Curso: Serviço Social

Profa. Ms. Elaine Friozi G. Guimarães
Presidente da banca examinadora

DEDICATÓRIA

Dedicamos este Trabalho de Conclusão de Curso à nossa família e amigos por todo apoio e paciência durante toda a realização do nosso trabalho de conclusão de curso, para que conseguíssemos alcançar nosso objetivo com determinação.

Agradecimentos

“ Posso todas as coisas naquele que me fortalece”

(Filipenses ,4:13)

A Deus por ter me dado forças para atravessar esse caminho percorrido durante quatro anos, por ter me concedido paciência nos meus momentos de desespero que no qual foram vários, e principalmente por sentir que nos momentos mais difíceis de angustias foi ele quem segurou em minhas mãos e permitiu que eu conseguisse chegar até ao fim. Graças te dou por ter colocado paz em meu coração em todo tempo.

Agradeço a minha família (pai, mãe e irmão) pelo apoio que me proporcionou todo esse tempo, sou agradecida pelos momentos no qual me deram forças, ao meu pai querido por me incentivar várias vezes em busca de meus objetivos, a minha mãe por estar presente em vários momentos que precisei dela e sempre me aconselhando ter paciência que tudo chegaria ao fim.

Não posso deixar de agradecer a duas pessoas muito especiais que no qual incentivaram e contribuíram para que eu conseguisse concluir essa graduação, pois vocês fazem parte desse sonho tão realizado -Cleonice Antônio Camargo e Ester Carmargo. Como poderia expressar todo esse amor e carinho que tiveram por mim, vocês estiveram presente em todo tempo sempre me incentivando como agradecer pela acolhida em que fizeram por mim, pois iniciei essa graduação com o enorme incentivo de vocês fica aqui a minha infinita gratidão que tenho por vocês.

Agradeço aos meus professores por dividir o conhecimento em todas as horas, como agradecer vocês pela paciência que tiveram, pela busca de conhecimento pelo carinho sou grata ao conhecimento que adquiri através de vocês, são especiais.

Não poderia deixar de agradecer minha querida Orientadora, professora mestre e supervisora de campo Elaine Friozi Garcia Guimarães, agradeço pela dedicação que teve comigo, pois você é responsável por grande conhecimento adquirido todo esse tempo, sou grata pelo verdadeiro companheirismo que teve, pela paciência que tem em ensinar como ser um profissional com formação crítica e comprometido, agradeço pelo tempo que permitiu estar ao seu lado, você é muito especial para mim.

Com você também aprendi que “Caminhar perto de coisas e pessoas de verdade, desfrutar desse amor absolutamente sem fraudes, nunca será perda de tempo. ‘O essencial faz a vida valer a pena’. (Rubem Alves)

Agradeço ao meu amigo de conclusão de trabalho, apesar dos contratempos conseguimos chegar onde chegamos foi com muita luta e dedicação, quantas vezes de desespero de angustias, quantos finais de semana, quanto conhecimento que adquirimos juntos mas conseguimos, mostramos que somos capazes. Desejo –lhe sucesso nessa nova etapa.

E, enfim chegou o momento de agradecer o grande amor da minha vida.

“O que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos”. Sem que digam: ” Se eu fosse você”. A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito. A fala só é bonita quando nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o Amor começa. E é na não-escuta que ele termina. Não aprendi isso nos livros. Aprendi prestando atenção”. (Rubem Alves).

Ao meu esposo Rogério, companheiro de todas as horas que me ajudou a chegar até aqui, você é grande responsável por essa conquista. Obrigada pela compreensão que teve comigo durante esse tempo, como foi compreensível aceitando minhas ausências , quantas noites mal dormidas, quantos finais de semana sem estar juntos, sempre ouvindo minhas angustias, quantas barreiras atravessamos para conseguir chegar até aqui e você em todo momento foi companheiro, compreensível e sempre calmo, agradeço por sempre estar ao meu lado por confiar em mim, pelo respeito, carinho, amor, amizade estou extremamente feliz, obrigada por realizar esse grande sonho. E como diz Rubem Alves, “aquilo que está escrito no coração não necessita de agendas porque a gente não esquece. O que a memória ama fica eterno”.

Edna Martins

AGRADECIMENTOS

Como é bom chegar ao fim desta caminhada e poder sentir o gostinho do dever cumprido. Como é bom sentir esse orgulho que explode dentro de mim ao cair a ficha de que conseguimos concluir um grande trabalho, trabalho esse que eu mesmo acreditava que jamais conseguiria terminar.

Ao longo desse trabalho de conclusão de curso vim pensando em quem agradeceria, pois são tantas pessoas que fizeram parte desse longo caminho que seria injusto esquecer o nome de algumas delas. Peço que me desculpem aqueles que não forem citados aqui, e quero que saibam que mesmo os nomes não estando escrito neste papel, estão escritos em meu coração com grande gratidão.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus. Como você foi, e é, importante nesta caminhada, Pai. Quantas pessoas o senhor colocou em meu caminho que contribuíram muito para minha formação, digo formação não só acadêmica, mas também formação como ser humano, quantas vezes amparaste-me nos meus momentos de tristeza, tristezas estas que me fazia em alguns momentos desistir de tudo. Obrigado por estar sempre comigo.

À minha orientadora prof. Mestre Elaine Friozi que abriu meus olhos e me mostrou o quanto eu era importante nesse curso. Obrigado querida professora por me acalmar nas horas angustiantes, nas horas de desespero por causa dos prazos. O que seria de nós sem o seu conhecimento? Grande conhecimento que me deixava admirado – e ao mesmo tempo louco – quando trazia ideias para esse trabalho que no fim pudemos ver toda a diferença.

Aos professores, mestres queridos, Eliane Amicucci, André Campos, Julia Moita, Lidia Moita, Rodrigo, Marcelo, Fabiola Falcowski, Luciane Dinardi, Rosana Cardoso, Daniela Delbone, Jean Menezes e Lenina Vernucci, pela paciência, pelo carinho, pelo respeito e pelo conhecimento transmitido ao longo dessa graduação, não posso deixar de agradecer-los por ter me proporcionar ver o mundo de outra forma, agora posso sair daqui com um olhar diferente em relação a essa sociedade capitalista.

Não posso deixar de agradecer às minhas queridas amigas de graduação Liliane Freire, Eliana Silva e Maria José (a famosa Mazé), que foram minha família ao longo desses quatro anos de formação. Obrigado meninas por tudo que passamos juntos ao longo dessa caminhada. Liliane, querida mamãe Lili, seus “puxões de orelha” foram fundamentais nos momentos de desespero, onde eu acabava falando coisas desnecessárias, te chamo de mãe porque você foi como uma pra mim, ao mesmo tempo que chamava minha atenção me dava o carinho que eu precisava no momento. Mazé, outra mãezinha que tive nessa formação

acadêmica, suas histórias de vida foram muito importantes pra mim também, sabia? Jamais vou me esquecer da preocupação que teve em ajudar minha família no momento mais difícil em que passamos, fica aqui minha gratidão e de toda minha família. Eliana (a querida “Paçoca”) minha irmãzinha que jamais esquecerei, o que será de mim sem nossas selfies? (risos), que coração enorme você tem garota, que inteligência é essa. Levarei todas vocês em minha memória, em meu coração.

Nilza Costalonga, Sandra Rosa, Mônica e Irmã Lucia, pensaram que eu ia esquecer de vocês? (risos). Jamais vou esquecer do carinho que tiveram comigo, viu? Vivemos momentos muito bons durante esses quatro anos, momentos que ficarão para sempre em minha memória. A troca de conhecimento foi fundamental para meu amadurecimento, posso dizer que sentirei muitas saudades de vocês.

Às minhas supervisoras de campo, Andrea Zamberlan e Mariana Gallo. Como foi bom estagiar com vocês, obrigado por me passarem todo o conhecimento que tinham. O tempo que passei com vocês foi de grande importância para minha formação.

Aos meus colegas de trabalho, Priscila Mara, José Henrique (o famoso Zé do Correio), Valdeni e Luciana Rocha. Gente, vocês foram muito importantes nessa minha caminhada, se cheguei no fim desse curso, grande parte devo a vocês. Não tem como não agradecer-los por todo carinho e preocupação que tiveram comigo desde que entrei para trabalhar no Correios. Lembro-me de quando cheguei no meu primeiro dia para trabalhar, eu estava desanimado com o curso, e o Valdeni me disse para ficar calmo que eles iriam me dar todo suporte necessário para que eu alcançasse meu objetivo. E foi o que aconteceu. Priscila, como você é um anjo minha amiga, que coração enorme você tem, que paciência é essa ao ouvir minhas queixas. Luciana sua linda, amiga para todas as horas, lembro-me quando nos meus momentos de desespero por causa de estágios, trabalhos, você ria e pedia para eu não perder a força pois no final eu iria rir de tudo isso também, pois é, hoje estou rindo, a felicidade que toma é tão grande que você não sabe o quanto. José, o enrolado (risos), cara, você foi muito importante, sabia? Seria muita injustiça eu não te agradecer por tudo o que fez, me ajudou muito. Procurou articular meus horários de trabalho para que eu conseguisse concluir minhas horas de estágio, me deixava sair mais cedo para que eu não perdesse o transporte que me levava até a “facul”. Nas minhas horas de desespero me fez olhar pra frente e acreditar que seria possível eu concluir essa jornada, dizendo que Deus não me dava a tarefa que eu não conseguiria cumprir, e eu cumpri. Galera, muito obrigado, de coração.

E a galera da Banda de Vagabundos? Natalia Fioramonti, Vinicius Magri, Beatriz Magri, Quéren Hapuque, Hugo Rodrigues e meu melhor amigo, Maxiel Borges. Obrigado por estarem comigo durante todo esse tempo, muito bom saber que tenho amigos que posso contar.

Marcela Alves, obrigado pelos conselhos que me deu lá no começo e ao decorrer do curso, suas palavras amigas me ajudaram a olhar pro horizonte e seguir em frente. Você também é uma pessoa muito importante pra mim.

Não posso deixar de mencionar aqui minha família, minha linda família. Gostaria de começar agradecendo meus pais adotivos, dona Natalina e José Cícero, mãe e pai, vocês foram o meu alicerce nessa caminhada, só tenho a agradecer-los por tudo que fizeram por mim. Mesmo sendo de família muito humilde, me acolheram e me fizeram ser o filho de vocês. Passamos por momentos difíceis juntos mas nunca abriram mão de mim, e me ajudaram a chegar onde cheguei. À minha mãe biológica, Sueli, como é bom saber que tenho uma mãe tão batalhadora, que mesmo sendo criticada por muitos não abaixou a cabeça e seguiu em frente, seu incentivo foi muito importante nessa trajetória, viu? Gostaria de dizer que se cheguei até aqui, eu devo muito a vocês, podem ter a certeza disso. Amo muito.

Está faltando alguém? É claro que sim. Como eu poderia deixar de agradecer a minha linda, meiga e doce namorada, Maristela Oliveira. Como é bom saber que eu tive você do meu lado ao longo dessa jornada acadêmica, enxugando minhas lágrimas, me animando nas minhas horas tristes, aguentando minhas reclamações desnecessárias, e mesmo assim estava ali do meu lado. Muito obrigado meu amor por fazer parte da minha vida durante todo esse tempo. Te amo muito, e você sabe disso.

E por fim, gostaria de agradecer minha parceira de TCC, Edna Martins. Que luta foi essa “ein” (risos). Que batalha enfrentamos para chegar até aqui. Foram dois anos de luta para concluir esse trabalho, que como eu disse lá no começo, eu mesmo duvidava que conseguiria concluir, mas enfim, terminamos. Chegamos aqui com um orgulho enorme, podemos bater no peito e dizer somos vencedores. Além da amizade que construímos, levaremos muito conhecimento que adquirimos juntos, afinal, dois anos de estudo não é dois dias.

Fica meu agradecimento a todos que participaram junto comigo dessa caminhada. Vocês foram e são muito importantes pra mim.

Mairon Airan Vieira

“Não basta ter belos sonhos para realiza-los, mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar o nosso destino se nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais. É preciso sonhar, mas com condição de crer em nossos sonhos; de examinar com atenção a vida real; de confrontar nossa observação com nosso sonho; de realizar escrupulosamente nossa fantasia. Sonhos, acredite neles.”

Paulo Tortello

" A creditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos"

Paulo Freire

RESUMO

JACOB, E. M. T; VIEIRA, M. A. O desenvolvimento dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS-Ouroeste/SP e os impactos à população atendida . 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis/SP, 2015

Esse trabalho de conclusão de curso teve como objetivo compreender os impactos causados pelos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Ouroeste/SP nas vidas das famílias dos participantes. Para tanto, realizamos a pesquisa bibliográfica recorrendo aos principais autores que discutem sobre a política pública de assistência social, sobre a dimensão educativa do assistente social, e sobre as contribuições da educação popular para o desenvolvimento do trabalho social com famílias. A pesquisa documental a partir dos contatos com documentos e estudos demográficos referentes ao município de Ouroeste/SP e o plano de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Por fim, realizamos a pesquisa de campo, onde utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada que foi realizada com quatro participantes dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS de Ouroeste/SP, e o questionário, compostos por perguntas fechadas, respondida pelos integrantes que compareceram no mês de fevereiro/2015, que a partir do qual realizamos um estudo do perfil socioeconômico das famílias participantes. Ao se tratar dos resultados alcançados através dessa pesquisa pudemos compreender a grande importância da dimensão educativa do trabalho do assistente social no trabalho social com famílias, além das contribuições da educação popular de Paulo Freire ao se tratar da conscientização, contribuindo para que as(os) participantes desses encontros entendam a realidade em que estão vivendo e assim levem para si a vontade de lutar pelos seus direitos.

Palavras Chaves:. Dimensão Educativa. Trabalho Social com Famílias. Circulo de Culturas

ABSTRACT

JACOB, E. M. T; VIEIRA, M. A. The development of community groups and strengthening the ties CRAS - Ouroeste / SP and impacts on the population served. 2015. Monograph (Graduation in Social Service) - Integrated College of Fernandópolis , Educational Foundation of Fernandópolis, Fernandópolis / SP, 2015.

This course conclusion work aimed at understanding the impacts caused by groups of Living and Links of Strengthening the CRAS Ouroeste / SP in the lives of the families involved. To this end, we conducted a literature search using the main authors discuss the public policy of social assistance on the educational dimension of the social worker, and on the contributions of popular education for the development of social work with families. The documentary research from contacts with documents and demographic studies for the municipality of Ouroeste / SP and the work plan of the Social Assistance Reference Center - CRAS. Finally, we conducted field research, where we used semi-structured interview technique was performed with four participants from community groups and strengthening of CRAS the bonds of Ouroeste / SP, and the questionnaire technique, composed of closed questions, answered by members who attended in February / 2015, from which conducted a study of the socioeconomic profile of the participating families. When dealing with the results achieved through this research we understand the importance of the educational dimension of the work of the social worker in social work with families, in addition to the contributions of popular education of Paulo Freire when it comes awareness, contributing to that (the) Participants in these meetings to understand the reality in which we are living and thus take upon themselves the will to fight for their rights.

Keywords:.. Educational dimension. Social Work with Families. Circle of Cultures

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos grupos.....	65
Tabela 2 – Divisão dos Participantes.....	65
Tabela 3 – Identificação dos participantes.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Sexo.....	66
Faixa Etária.....	67
Escolaridade.....	67
Estado Civil.....	68
Formação Familiar.....	68
Caracterização Familiar.....	69
Tipos de Família.....	69
Vínculo Empregatício.....	70
Trabalho Informal.....	70
Renda Familiar.....	71
Programas Inseridos.....	72
Tempo de Participação nos Grupos.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS

ANC – Assembleia Nacional Constitucional

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica da Assistência Social

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PIS – Programa de Integração Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
 CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	24
1.1 A Assistência Social e a Legião Brasileira de Assistência – LBA.....	26
1.2 A Assistência Social e a Ditadura Militar.....	28
1.3 A Assistência Social e a Constituição Federal 1988.....	31
1.4 A Assistência Social e o Neoliberalismo.....	33
1.5 A Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS.....	37
 2 – A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....	38
2.1 Breve histórico da implantação do Serviço Social no Brasil	38
2.2 O Serviço Social e o Movimento de Reconceituação.....	43
2.3 O Serviço Social pós Movimento de Reconceituação.....	45
 CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO POPULAR E AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EFETIVAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS.....	51
3.1 O Círculo de Cultura como possibilidade para a aplicação da abordagem metodológica proposta por Paulo Freire: uma adaptação para a efetivação do trabalho social com famílias na política de assistência social.....	54
3.2 A importância do Círculo de Cultura ao contribuir para o trabalho social com famílias.....	57
 CAPÍTULO 4 – O TRABALHO COM GRUPOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE OUROESTE/SP.....	61
4.1 Caracterização do município de Ouroeste/SP.....	61
4.2 Caracterização do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – de Ouroeste/SP.....	62
4.3 Percorso Metodológico da Pesquisa de Campo.....	64
4.4 Caracterização dos sujeitos envolvidos.....	65
4.5 Análise dos Dados.....	66

4.5.1 O perfil socioeconômico dos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Ouroeste.....	66
4.5.2 Avaliação dos grupos na visão dos participantes.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
ANEXOS.....	92

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como temática de estudo os Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Ouroeste/SP. Propomos neste estudo um aprofundamento neste tema devido a experiência de estagio que realizamos ao decorrer do ano de 2014-2015 no CRAS do município, pois ao participarmos das atividades grupais juntamente com a supervisora de campo, despertou em nós o interesse no conhecimento mais aprofundado deste trabalho, além da identificação do perfil das pessoas que frequentam esses grupos, o que é discutido nesses grupos e até mesmo o que essas pessoas levam pra si.

Os grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são ofertados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que foi criado pra ser responsável pela execução dos serviços de proteção social básica em todo o território de abrangência. Também tem como função, conforme previsto na Política Nacional da Assistência Social – PNAS de 2004, o desenvolvimento do trabalho composto por uma atuação e coordenação voltada à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e fragilização de vínculos afetivos e/ou sociais por meio de programas e projetos e serviços que, partindo da proteção social básica desenvolve potencialidades com a finalidade de prevenir situações de riscos familiares e comunitários.

O CRAS é o responsável pela execução do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF que é um programa do Governo Federal e tem o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários de acordo com as orientações da tipificação PAIF. O PAIF

Consiste no trabalho social com famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (MDS, 2009, p. 6)

Assim, desenvolve trabalhos com grupos de famílias inseridas nos programas de transferência de renda, onde de acordo com a Tipificação (2009) nesses grupos são desenvolvidas atividades grupais a fim de trabalhar a prevenção e risco social, familiar e comunitário. Dessa forma, Torres (1985) ao ser citado por Moreira (2013) fala que “os grupos existem para satisfazer as diversas necessidades que os seres humanos possuem e não poderiam resolver sozinhos. (p. 50)”.

Os grupos possivelmente propiciam espaços para que as pessoas possam compreender melhor a realidade onde elas estão inseridas e assim possam se tornar mais críticas, criar opiniões e discutir os problemas da sociedade.

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute a PNAS como uma política integrante da seguridade social no Brasil.

As políticas de seguridade social, nas quais se inclui a de assistência social, só podem ser considerados produtos históricos das lutas dos trabalhadores na medida em que respondam as necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelo campo do trabalho e reconhecido pelo Estado. (MOTA, 2010, p.181).

Sendo assim, segundo Mota (2010) os objetivos da PNAS se expande com implementação do SUAS fazendo com que a normatização e padronização dos serviços prestados se comprometa ainda mais com seu público alvo.

O SUAS fez com que os patamares de proteção básica e especial fossem normatizados, organizados, racionalizados e padronizados. Sendo que antes os serviços eram prestados de forma fragmentada (MOTA, 2010).

Desta forma, Mota (2010) diz que, a PNAS conserva os princípios contidos na LOAS, tais como: Universalização do acesso para os que necessitam da assistência; o respeito à dignidade; autonomia; serviços de qualidade; igualdade de direitos; dimensão pública dos serviços; referencialidade às necessidades sociais.

Portanto, temos como objetivo geral identificar os impactos causados pelos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do CRAS de Ouroeste nas vidas das famílias participantes, e como objetivos específicos esclarecer a importância da dimensão socioeducativa do Serviço Social no trabalho de proteção básica desenvolvido nos grupos e conhecer o perfil dos usuários que os frequentam.

Percorso Metodológico

Em relação a metodologia utilizamos a abordagem qualitativa para termos uma interação com os sujeitos pesquisados, e interpretação de resultados alcançados

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Foram realizados três tipos de pesquisas, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica como forma de aprofundamento com os pensamentos dos principais autores que discutem a temática deste trabalho, a fim de conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis como elementos fundamentais para a elaboração do mesmo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de livros, dissertações de mestrados, artigos científicos, periódicos eletrônicos e revistas.

Realizamos também uma pesquisa documental a partir de documentos do Centro de Referência da Assistente Social do município de Ouroeste como plano de trabalho e estudos demográficos referentes ao município.

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, porém, o que as diferencia é a natureza da fonte.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (p. 45).

Foi realizada também uma pesquisa de campo para a compreensão da visão dos participantes em relação ao impacto que as participações nos grupos propiciam nos seus cotidianos. Segundo Fonseca (2002) citado por Gerhardt e Silveira (2009, p.37), “a pesquisa de campo caracteriza-se em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental se realiza a coleta de dados junto as pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisas.

Na pesquisa de campo utilizamos questionários como instrumental, onde conhecemos o perfil socioeconômico dos participantes dos grupos efetivados no mês de Fevereiro/2015, no qual o técnico de referência do grupo na companhia dos estagiários entregaram estes questionários que foram elaborados com perguntas fechadas.

Vale dizer que realizamos a leitura dos questionários e esclarecemos as dúvidas que foram aparecendo.

Utilizamos também a técnica da entrevista que nos proporcionou acesso às informações mais detalhadas, pois a entrevista, conforme afirma Minayo (2009, p. 64), “[...] tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Optamos pela entrevista semi-estruturada para coleta de informações de modo com que as entrevistadas não se prendessem às perguntas e assim possamos ter uma melhor interação com elas. Segundo Minayo, entrevista semi-estruturada “combina perguntas

fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.” (2009, p. 64)

Para tanto, abordamos as pessoas que fazem parte dos grupos e perguntamos quem tinha o interesse de estar participando de nossa pesquisa de campo, explicando que seria uma entrevista sigilosa no qual os nomes das entrevistadas não seriam identificados.

Após a aceitação das quatro pessoas, foi entregue o termo de consentimento e fomos até as residências das mesmas para aplicar a técnica da entrevista.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, ou seja, foram transcritas conforme o relato dos participantes.

A análise de dados se deu por meio de categorias analíticas, que segundo Minayo (2004, p.93), “são aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais.”

Essas categorias foram escolhidas de acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo. Elencamos portanto três categorias de análises:

Categoria de Análise I – A efetivação das características do trabalho socioeducativo: reflexão a partir das falas dos sujeitos da pesquisa.

Categoria de Análise II – A perspectiva dos participantes à cerca dos Grupos

Categoria de Análise III – A intervenção profissional na perspectiva do público atendido.

O presente trabalho está organizado em 04 capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo trouxemos a trajetória da Assistência Social antes da Constituição Federal, neste mesmo capítulo destacamos o movimento constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde foram abordados os artigos 6º, 194º, 203º e 204º. Contextualizamos o Neoliberalismo, que se fortaleceu em nosso país na década de 1990 e que dificultou a efetivação da assistência social enquanto política pública. Dentro deste contexto, trouxemos os avanços e dificuldades da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Finalizamos este capítulo com a organização atual da Assistência Social, abordando a Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012, e a Lei do Sistema Único da Assistência Social – SUAS 2012. No qual foi realizada uma análise crítica com fundamentação teórica.

No segundo capítulo tratamos da dimensão socioeducativa. De início trouxemos a trajetória do Serviço Social antes do Movimento de Reconceituação apontando qual era sua função frente às manifestações da questão social, em seguida, trouxemos o modo de intervenção do Serviço Social pós o Movimento de Reconceituação. Ao tratar da dimensão

socioeducativa trouxemos a importância da efetivação das quatro esferas, sendo elas, informativa, reflexiva, participativa e organizativa. Essas esferas são consideradas importantes para a perspectiva emancipatória.

No terceiro capítulo trouxemos a educação popular, abordando as teorias de Paulo Freire e em seguida a Metodologia do Círculo da Cultura, que é um fruto da educação popular, e as contribuições para o trabalho social com famílias.

No quarto capítulo apresentamos a pesquisa de campo realizada no CRAS – município de Ouroeste a respeito do trabalho com os grupos, aprofundando nossas reflexões a respeito de como os participantes se apropriam dos conteúdos discutidos nos encontros e de que forma isso contribui para o dia-a-dia dos mesmos.

Por fim apresentamos as considerações finais destacando os principais resultados obtidos desse trabalho de conclusão de curso. Nesses resultados destacamos as contribuições que a educação popular junto ao Círculo de Cultura podem trazer ao trabalho social com famílias propiciando ao assistente social trabalhar as esferas socioeducativas. Porém encontramos como desafios o medo das participantes em se organizarem para lutar pelos seus direitos, e a dificuldade dos profissionais na efetivação da esfera organizativa, esfera essa necessária para fazer com que essas participantes lutem.

CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A prática da assistência não é nada atual, mas sim algo muito antigo. A solidariedade Social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades.

No presente capítulo pretendemos abordar a trajetória da assistência social no Brasil.

Nos seus primórdios, a Assistência Social no Brasil foi pautada em atos caridosos, no favoritismo, no clientelismo e na filantropia.

O assistencialismo era totalmente priorizado, ou seja, as ações não eram vistas como direito, mas sim como uma ajuda (Silva, 2012). Segundo Damasio, desde o século XVII, essas práticas partiam das instituições religiosas – destinando aos pobres, mendigos e aqueles que demonstravam sua incapacidade para o trabalho – no qual cada paróquia se responsabilizava em atender as necessidades dessas pessoas em seu território de abrangência. Nesses territórios eram oferecidos abrigos, roupas e alimentos em especial às crianças, idosos e doentes (Damasio, 2009).

[...] essa ajuda sempre seguiu o pensamento construído historicamente de que em toda sociedade haverá sempre os mais pobres, os doentes, os frágeis, os incapazes, os que nunca conseguirão reverter essa condição de miserabilidade, precisando sempre de ajuda e da misericórdia dos outros. (YASBEK, 2007 p.40)

Até a década de 1930, as manifestações da Questão Social eram vistas como caso de polícia. Os problemas sociais eram disfarçados, sendo tratados de forma rara ou casual. Dessa forma, a pobreza não era entendida como um problema social, mas sim como um problema individual. (Sposati, 2014)

De acordo com Iamamoto (1999), a Questão Social pode ser entendida como as expressões das desigualdades da sociedade, - tais como a fome, o desemprego, o desamparo, a miséria, as doenças etc, - no qual a produção social era desenvolvida de forma coletiva e os frutos dessa produção eram apropriados de forma privada/ monopolizada.

Com a expansão do capital, o Estado apropriou-se da assistência para fazer com que a questão social fosse politicamente enfrentada, e também para dar conta de condições agudizadas da pauperização da força de trabalho.

[...] o enfrentamento do crescente processo de pauperização e espoliação dos trabalhadores se deu pelo uso convergente de duas estratégias básicas mantidas pelo Estado:
- o uso de um regime autoritário e excludente; e,
- a introdução de políticas sociais calcadas no modelo assistencial [...]
(SPOSATI, 2014, p.43)

Igrejas de diferenças crenças e o Estado ficavam sob a forma de fiscalização, fazendo com que o indivíduo que se encontrava em condições de pobreza fosse parar em asilamento e internação.

Castel (1998) afirma que foram criadas várias medidas afim de estabelecer a ordem e fazer com que os indivíduos trabalhassem e assim não entrassem nas condições de pobreza.

[...] dentre os quais, o estabelecimento do imperativo do trabalho para todos os que não têm outros recursos pra viver senão a força de seus braços; a obrigação do pobre em aceitar o primeiro trabalho que lhe fosse oferecido (“quem já trabalha, que permaneça em seu emprego – salvo se convier ao empregador dispensá-lo - e quem está em busca de emprego que aceite a primeira injunção que lhe for feita nos limites territoriais”); o bloqueio da retribuição ao trabalho efetuado, que não poderia ser objeto de negociações ou ajustes; a proibição da mendicância aos pobres válidos, vedando a assistência aos indivíduos aptos para o trabalho, obrigando-os a se submeterem aos trabalhos oferecidos. (CASTEL, 1998, p. 98).

Desta forma os indivíduos que tentavam não seguir as medidas citadas acima por Castel (1998) eram duramente repreendidos pelo Estado.

Por mais que os trabalhadores lutassem pelos seus direitos, eram sempre recebidos com violência pela força dominante. (YAZBEK, 2007).

Na virada do século XIX – com a chegada da industrialização no Brasil – a questão social começou a ter um enfoque maior. Até porque a vinda das pessoas do campo para às cidades fez com que as demandas aumentassem, tais como a questão de trabalho e habitação.

Com o desenvolvimento das indústrias os centros urbanos foram ficando povoados, e com isso cresceu também o número da pobreza, a exclusão social, econômica, cultural e política por parte da classe que vive do trabalho. Já para a elite, os grandes proprietários, crescia cada vez mais a riqueza (DALLAGO, 2007).

Com a industrialização tornou-se necessário a formação da mão-de-obra assalariada, ou seja, a classe operária deve vender sua força de trabalho para sobreviver e assim manter os interesses capitalista da classe dominante.

Vale ressaltar que todo direito concedido pelo Estado sempre foi pautado na relação capital e trabalho, relação essa que explora a classe detentora da força de trabalho, que não aguentando mais tanto exploração reivindica seus direitos (DAMASIO, 2009).

Como assinala Damasio (2009), as condições de vida da classe operária não eram nada satisfatórias para os mesmos, as condições de vida dessas pessoas eram de pauperização, vivendo em condições de extrema miserabilidade. Diante de tais condições enfrentadas, os trabalhadores passaram a adquirir uma consciência de classe onde passaram a lutar pelos seus

direitos. A autora nos fala que “[...] levaram a reivindicar um sistema de proteção social como as políticas de pleno emprego, serviços sociais universais, extensão da cidadania e o estabelecimento de um padrão social mínimo de sobrevivência”. (DAMASIO, 2009, p. 17)

Para isso, como forma de “reconhecimento” das reivindicações dos direitos por parte da classe operária, a burguesia junto ao Estado criou leis para atender as demandas da classe trabalhadora, tais como a Lei Elói Chaves (Lei, nº 4682, de 25-01-1923) que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPs para os funcionários, que segundo Yazbek, os marítimos, portuários, telegráficos e radiográficos já recebiam os benefícios do seguro social. (YAZBEK, 2007).

Desta forma, progressivamente, o Estado passou a reconhecer a questão social como uma questão política que devia ser resolvida. Observa-se que os direitos garantidos eram destinados apenas aos trabalhadores de carteira assinada. Aqueles que não se enquadravam a esse requisito não contavam com nenhum tipo de proteção social, eram tratados com desprezo e eram obrigados a se contentar com as ações de caridade.

Dessa forma, Sposati diz que durante muito tempo a assistência social foi destinada principalmente aos indigentes, sendo uma ferramenta importante para o enfrentamento da questão social e consequentemente fazendo com que houvesse a segurança social. (SPOSATI,1995).

1.1 – A Assistência Social e a Legião Brasileira de Assistência – LBA.

Com a criação dos direitos sendo destinado apenas a quem trabalhava, os excluídos ficaram à mercê de uma assistência vista de forma fragmentada, desorganizada e instável.

Em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS no Brasil, sendo considerado como a primeira grande regulação da assistência social no país (MESTRINER, 2005). O CNSS tinha como objetivo centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas sendo utilizado como mecanismo de clientelismo político e de manipulação de verbas e subvenções públicas.

Em Agosto de 1942 foi instalada a Legião Brasileira de Assistência, pela primeira dama da república, com o intuito de ajudar as famílias dos soldados da Força Expedicionária Brasileira, combatentes da Segunda Guerra Mundial. Essa legião tinha a ideia de um corpo de luta em campo. (SPOSATI, 2007).

Em Outubro de 1942, sob a coordenação da primeira dama Darcy Vargas, a LBA se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas e passou a fazer com que as organizações de boa vontade fossem reunidas. Dessa forma, as grandes massas de famílias

que não recebiam os benefícios da previdência eram atendidas como ato de boa vontade e não como forma de direito. A assistência social passou a atribuir um caráter emergencial atendendo as famílias que se encontravam em situações de calamidades (SPOSATI, 2007). E para isso o trabalho feminino e voluntário era de fundamental importância nessa reprodução assistencialista. De acordo com Mestriner, “dentro do princípio de subsidiariedade, o governo começa, de forma intuitiva, a estimular o voluntariado, especialmente o feminino, por intermédio das amigas da primeira dama e dos governos de estados”. (MESTRINER, 2005, p. 108).

Segundo Iamamoto e Carvalho citados por Carvalho, a LBA tinha como objetivos básicos:

1. executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada;
2. congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social;
3. prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo;
4. trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO;CARVALHO, 2007, p. 250 apud CARVALHO 2008)

Em relação a Legião Brasileira de Assistência concluiu-se que essa instituição representou

[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas. (SPOZATI et al, 2014, p. 66).

Couto (2006) ressalta que mesmo com o passar dos anos as práticas clientelistas, assistemáticas, de caráter focalizado e com traços conservadores, sendo operado por sujeitos institucionais desarticulados, com programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva contrapondo-se ao direito, continuou sendo como práticas da assistência social. Isso fez com que dificultasse o rompimento políticas sociais das práticas assistencialistas.

Dessa forma, Segundo Yazbek citada por Silva (2012), as ações da LBA foram marcadas pelo paternalismo na prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria. Mãe da sociedade, da pobreza, lar dos carentes e socorro dos aflitos.

1.2 – A Assistência Social e a Ditadura Militar.

Em 1960, as elites progressistas começaram a liderar os diversos movimentos sóciais reivindicando uma reforma de base. Neste contexto, trabalhadores rurais e urbanos surgiram no cenário político e a demanda por direitos sociais começaram a ser fortemente debatidas.

No governo de João Goulart, o então vice de Jânio Quadros (que renunciou seu cargo de presidente em 1961 após uma forte crise em seu mandato), as organizações sociais, tais como, de estudantes, organizações populares e trabalhadores, ganharam espaço causando preocupação na elite conservadora (empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média) que temiam uma revolução socialista.

No dia 13 de Março, no Rio de Janeiro, João Goulart realizou um comício defendendo as reformas de base, essa ideia vinha de Jânio que prometia mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país. (RAMOS, 2015).

Com isso, seis dias depois a elite conservadora promove uma manifestação contra as intervenções de João Goulart. Fizeram uma marcha no centro de São Paulo no qual reuniu milhares de pessoas.

Ramos (2015) fala que a cada dia a crise política e as tensões sociais só aumentavam. No dia 31 de Março as tropas de Minas Gerais e São Paulo tomaram as ruas, e Jango, temendo uma guerra civil, fugiu para o Uruguai. Com isso os militares tomaram o poder decretando no dia 9 de Abril o Ato Institucional Número 1 (AI-1), no qual cassava os mandatos políticos de opositores ao regime militar e tirava a estabilidade de funcionários públicos.

Mestriner (2005) complementa que a partir do golpe de Estado no dia 31 de Março de 1964, instalou-se no país o Estado autoritário, sendo a direção do governo federal assumida inicialmente pelo supremo comando revolucionário, composto por ministros militares, tais como general Arthur da Costa e Silva, brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, e a seguir, por meio de um novo expediente político, denominado “eleição indireta” (com “Colégio Eleitoral antecipadamente escolhido”), por uma sequência de cinco militares, General Humberto de Alencar Castelo Branco em 15/04/1964, Marechal Arthur da Costa e Silva em 15/03/1967, Emílio Garrastazu Médici em 30/10/1969, General Ernesto Geisel em 15/04/1974 e o General João Baptista Figueiredo em 15/04/1979. Assim, vão governar por Atos Institucionais, Atos Complementares, Lei de Segurança Nacional e decretos específicos.

O governo havia colocado em prática uma política de modernização conservadora mas para isso seria necessário fazer com que as organizações que defendiam as reformas fossem quebradas.

Segundo Damasio (2009), essa política de modernização fez com que o Estado deixasse de ser um Estado Populista e assumisse uma postura mais rígida tornando se um

tecnocrático e centralizado. Neste cenário, a ditadura fez com que as lutas pelos direitos sociais não tivessem espaços, além de serem criadas medidas arbitrárias.

[...] Por meio de atos institucionais, amplia-se de tal forma a capacidade de intervenção governamental, que exclui da luta política e das decisões econômicas e sociais os demais poderes, estados, município a sociedade em geral e as classes subalternas. Principalmente as classes trabalhadoras perdem todo o espaço de expressão, sendo completamente tolhidas nas suas reivindicações. O acesso ao governo militar será restrito aos tecnocratas, transformados pelos militares em assessores técnicos, para a defesa do desenvolvimento do país e, por conseguinte, da segurança nacional (MESTRINER, 2005, p.154).

O principal objetivo da ditadura era desenvolver a economia brasileira, para isso adquiriu empréstimos fazendo acontecer a abertura de investimentos estrangeiro conseguindo expandir a economia.

Durante a ditadura foi desenvolvidos vários programas, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); o Programa de Integração Social (PIS) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Damasio ressalta que na questão da educação nessa época o principal objetivo era o ensino técnico, pois na verdade a preocupação era a formação da mão-de-obra barata qualificada. Assim o trabalhador era preparado para a industrialização de modo que o país criasse possibilidades para o seu desenvolvimento (DAMASIO, 2009).

Mesmo com esses programas sendo criados, a questão dos direitos sociais ainda era tratada como ajuda específica para os mais pobres.

O governo do General Costa e Silva criou em 1968 o Fundo Rural com convênio com a Santa Casa da Misericórdia fazendo ampliar a previdência para os trabalhadores rurais.

Em 1971, o governo do General Médice criou o FUNRURAL. Esse programa é de caráter distributivo, no qual transfere a renda urbana para o meio rural.

Damasio ressalta que essas políticas sociais criadas na ditadura eram na verdade políticas de controle social. Foram criadas essas políticas como forma de compensar os agravos causados pela política de estagnação no qual acarretava a miséria para a população (DAMASIO, 2009).

Vale lembrar que mesmo com o passar dos anos as políticas sociais não atingiam a toda população. A forma de distribuir os serviços ofertados era de maneira desigual, onde no qual somente pra quem contribuía que eram destinados tais benefícios.

Segundo Adorno (1995) citado por Damasio (2009), o regime autoritário persistiu graves violações de direitos humanos, produto de uma violência endêmica, radicada nas

estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifestou quer no comportamento de grupos de sociedade civil, quer no de agentes incumbidos de preservar a ordem pública.

Desta forma, no final dos anos 70 e início dos 80, as forças militares entraram em crise e começaram o período da transição para o regime que o substituiria. Vendo isso, as estruturas de poder representadas pela elite, os governantes e a população iniciaram um processo de ruptura contra as forças autoritárias.

E assim, os militares pretendiam realizar uma transição controlada do alto para os de baixo, porém esse processo passou a ser questionado por uma mobilização que se consolidava principalmente pela perda da legitimidade do regime ditatorial e tornava-se visível a fragilidade desse governo e a crise social se expandia em grandes proporções.

Além da rearticulação do movimento operário ouve também a participação de outros agentes políticos que no qual também lutavam pela democratização do país. Segundo Damasio (2009), o maior interesse nesse movimento era um sistema de governo que permitisse a participação da população em suas decisões.

Com isso a oposição à ditadura ganhava cada vez mais força com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos. Em 1984, surgiu o movimento chamado de Diretas Já, que contou com a participação de políticos da oposição como Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Serra, Mário Covas, Teotônio Vilela, Eduardo Suplicy, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, e também de artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros. (RAMOS, 2015).

Como ressalta Ramos (2015), Diretas Já foi um movimento político democrático com grande participação popular que ocorreu no ano de 1984. Este movimento era favorável e apoiava a emenda do deputado Dante de Oliveira que restabeleceria as eleições diretas para presidente da República no Brasil. Nesse movimento ocorreram diversas manifestações populares em muitas cidades brasileiras como, por exemplo, passeatas e comícios.

Mas para a decepção do povo, mesmo com todo esse movimento a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

Ramos nos fala que no dia 15 de Janeiro de 1985 Tancredo Neves seria escolhido pelo colégio eleitoral como o novo presidente da república pelo partido PMDB e pela Frente Liberal, mas doente, antes de assumir acabou falecendo. Assume o vice-presidente José Sarney. Em 1988 é aprovada uma nova constituição para o Brasil (RAMOS, 2015).

Em síntese, fica evidente que a ditadura militar liquidou a democracia e a liberdade individual e coletiva, os direitos sociais, econômicos e políticos, justamente para preservar a propriedade privada dos grandes capitais, da grande mídia etc.

1.3 – A Assistência Social e a Constituição Federal de 1988

Com a ditadura militar apresentando sinais de esgotamento desde meados da década de 1970, foi iniciado um processo que culminou a realização de uma Assembleia Nacional Constituintes nos anos 1987/1988. O resultado disso foi a Constituição Federal de 1988. (NASCIMENTO, S/D).

Com o descontentamento da população em relação ao regime militar, foi realizada uma intensa mobilização social no qual pediam a redemocratização do país. Por mais que houvesse resistência por parte da classe conservadora, não foi o suficiente para que impedisse a luta, e dessa forma, fazendo com que o exercício da democracia se tornasse possível. Dessa forma, a experiência democrática foi substituindo a transição lenta e gradual propugnada pelas elites.

O processo constituinte percorreu um caminho de confrontos, onde de um lado via-se a resistência autoritária e do outro o anseio por ruptura com a ordem vigente, de um lado a inovação, como a implementação de canais de participação direta da sociedade, de outro lado, manobras por parte da classe conservadora para alterar o Regime Interno da Assembleia Nacional Constituinte, para que a partir dessa manobra tentasse anular as conquistas sociais obtidas nas fases anteriores do processo.

Durante a realização do processo constituinte houve muitas críticas, até porque muitos alegavam que os debates poderiam ser mais concisos, coerentes e avançados se não houvesse a participação de pessoas que não fossem membros da ANC, pois essas pessoas não saberiam distinguir lei constitucional e lei ordinária e, ainda, que produziram um anteprojeto detalhista e contraditório. Mas ao contrário dessa alegação, o exercício da cidadania propiciado pela abertura do debate à essas pessoas é que fizeram com que esse processo tivesse um grande mérito.

Nascimento (S/D) mostra que mesmo com toda resistência encontrada, a camada popular conseguiu fazer com que suas reivindicações fossem parar no livro constitucional.

Segundo Carvalho (2008), o processo constituinte acelerou articulações e em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

Mesmo contra a vontade da classe conservadora, a Constituição Federal trouxe avanços na questão dos direitos sociais, tais como ampliação e extensão dos direitos sociais.

De acordo com Carvalho (2008), a Constituição Federal inovou ao destinar um capítulo próprio aos direitos sociais e ao estabelecer um sistema de proteção social, por meio da seguridade social. Mais do que isso: atribuiu à assistência social, o status de direito social:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CRFB, 1988)

Neste contexto, de acordo com o art. 194 da CRFB, a assistência social se junta aos direitos à saúde e à previdência social, fazendo parte do tripé da seguridade social:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (CRFB, 1988).

De acordo com a Constituição Federal, o artigo 203 apresenta a quem a assistência social se refere e quais são os seus objetivos.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

(CRFB, 1988)

Já o artigo 204 apresenta como são realizadas as ações governamentais na área da assistência social.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Para a finalização deste sub-capítulo Couto ressalta que:

[...] Nos artigos que se seguem até o 204, a Constituição trata de determinar como o tripé da seguridade deverá ser estabelecido. Portanto, a saúde aparece como direito de todos e dever do Estado; a previdência será devida mediante contribuição, enquanto a assistência social será prestada a quem dela necessita, independentemente de contribuição[...] (COUTO, 2010, pag.159).

1.4 – A Assistência Social e o Neoliberalismo

Devido a crise econômica que assolava o mundo na década de 1970 – crise esta provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo – surgiu o Neoliberalismo. Segundo Ramos (2015), o Neoliberalismo foi definido como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defendeu a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, o comércio deveria ter liberdade total (livre mercado), pois este princípio garantia o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O primeiro país que se empenhou em concretizar o neoliberalismo foi a Inglaterra no ano de 1979 com o governo de Margareth Thatcher. De acordo com Cremonese (2001) citado por Mariani (2007), as ações de Thatcher com o Neoliberalismo foram: contração da emissão de moeda; elevação da taxa de juros; redução considerável dos impostos sobre os rendimentos altos; abolição do controle sobre os fluxos financeiros; criação de níveis de desemprego massivos; imposição de uma legislação anti-sindical; corte de gastos sociais; lançamento de um amplo programa de privatização que atingia a habitação pública, a indústria de aço, o setor elétrico, a produção de petróleo, a produção de gás e o fornecimento de água.

Segundo Mariani (2007), o modelo neoliberal foi implantado no Brasil em 1990 no governo Collor e continuou com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ao dar início ao projeto neoliberal, o governo Collor realizou suas ações com base nas orientações dos organismos internacionais. Entre estes o Consenso de Washington que tinha como objetivo limitar as ações do Estado e fazer com que a efetivação dos direitos sociais fosse bloqueada.

Cavalli (S/D) nos fala que o Estado, sob a luz do neoliberalismo, vivendo um momento de forte tensão e crise, adotou uma estratégia de enxugamento das funções sociais, dessa forma, as funções sociais foram repassadas para o setor empresarial e para o terceiro setor, visando o reajuste fiscal, a privatização e a diminuição da contribuição fiscal das empresas.

Mas vale ressaltar que

Existe uma forte capacidade extrativa do Estado brasileiro, mas que não está voltada para uma intervenção estruturante e para os investimentos sociais, mas para alimentar a elite rentista financeira. Nessa direção, os investimentos sociais não são, evidentemente, as causas da crise, como insistiam em afirmar os discursos neoliberais mais dogmáticos. O déficit público não está neles localizado, embora tenha sido construída uma cortina de fumaça, ideológica e algumas artimanhas para forjar e justificar este argumento. (BEHRING, apud SILVA, 2003, p. 50).

Nota-se então os retrocessos das conquistas da década anterior, pois o Estado deixou de ser executor e provedor das ações sociais, como as políticas públicas, e tornou-se um mero subsidiador e parceiro neste processo.

De acordo com Andrade (2014) citado por Cavalli (S/D), o Estado aderiu esta estratégia afirmando que o mercado seria o melhor promotor das ações sociais.

Neste contexto, Segundo Silva (2004) citado por Cavalli (S/D), além da privatização do que é público, houve também a publicização do que é privado.

No Brasil a reforma do Estado significou desestatização. Em nome da eficiência, da produtividade e da qualidade, a produção estatal de determinados bens e serviços é transferência para agentes do setor privado, inclusive na área das políticas públicas [...]. Observa-se uma clara tendência de restringir ou modificar a ação do Estado seja pela redução da aplicação de recursos públicos, seja pela transferência de responsabilidades para instituições privadas, consideradas interesse público, embora não sejam estatais, mas com o porte de recursos do orçamento público. (SILVA, 2004 apud CAVALLI, S/D)

Mesmo com a Constituição Federal definindo que a garantia dos direitos sociais é dever do Estado, o neoliberalismo fez com que houvesse uma perda na qualidade dos serviços

prestados à população usuários dos serviços públicos. Havendo assim um retrocesso às conquistas da década anterior.

Cavalli (S/D) nos fala que esse projeto neoliberal fez com que aumentasse o número de desempregados, isso aconteceu porque eram contratados somente os mais qualificados, considerados polivalentes, porém, tendo que se submeter, muitas vezes, às situações precárias e perigosas de emprego, recebendo baixos salários, sem carteira assinada, submetendo-se ao trabalho informal. Em relação às mulheres, se submetiam ao trabalho feminino desigual em relação ao homem.

Em decorrência disso, a autora nos fala que a questão social se agravou, se manifestando no aumento da violência, marginalização, pauperização, exclusão, desemprego estrutural, miséria, péssimas condições de moradia, de saúde e de educação, etc.

Sendo assim, com essa dificuldade encontrada, só se efetivou a regulamentação do artigo 203 em 07 de Dezembro de 1993 com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei n. 8742/1993. (SOUZA;GIAQUETO, 2014)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS :

A Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, dispõe sobre a organização da Assistência Social, representando um marco para o reconhecimento da assistência social como direito a qualquer cidadão brasileiro aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais. Esta publicação traz, ainda, a legislação que regulamenta os aspectos essenciais da LOAS, incluindo: o Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social. A Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências, o Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2000, que define as ações continuadas de assistência social e, também a Decisão nº 1.934-7, do Supremo Tribunal Federal. A Loas Anotada se presta a agilizar e facilitar o trabalho de consulta às leis que regulamentam os serviços e benefícios articulados em torno do SUAS. (MDS, 2010)

Após ser regulamentada, a assistência social passou ser uma estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica cultural e política. Além de ser também um espaço no qual se trabalha a defesa e atenção aos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. (BRASIL, 2008 apud SOUZA;GIAQUETO, 2014)

A LOAS fez com que fosse garantido 1 (um) salário mínimo de benefício mensal às pessoas portadoras de deficiências e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a

própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Essa garantia se deu por meio da implantação do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Ao discutir os avanços da assistência social, a LOAS fez com que a assistência social passasse a ser um sistema descentralizado e participativo.

[...] Para a implementação dessa mudança fundamental, a Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas na relação com outras políticas sociais e em conformidade com seu marco legal no qual está garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera do governo e a gestão compartilhada com a sociedade civil pelos Conselhos, Conferências e Fóruns, em seu planejamento e controle. (BRASIL, 2008, p.95)

Segundo Souza e Giaqueto (2014), mesmo com a criação da LOAS, os desafios frente ao sistema neoliberal continuaram. A assistência social ainda encontrava dificuldades em se consolidar como um direito do cidadão, e o Estado continuavam fugindo de sua responsabilidade.

Em 1998, cinco anos após a publicação da LOAS, foi discutida a aprovação da primeira Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Mas essa aprovação não foi o suficiente pois, em 1995 o governo FHC havia criado o Programa Comunidade Solidaria. Esse programa tinha como objetivo ser a principal arma de enfrentamento à pobreza no país, e fugia totalmente dos direcionamentos da LOAS. Dessa forma, como diz Souza e Giaqueto (2014), causava um certo confronto entre a Política Nacional e o Programa Comunidade Solidaria.

Em 23 de Janeiro de 2004, no governo Lula, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. De acordo com Lopes (2006) citado por Souza e Giaqueto (2014), esse ministério “constituiu-se pela decisão de possibilitar integrar áreas estratégicas para o cumprimento do plano de governo no que diz respeito às políticas de combate à pobreza”, dessa forma faria com que a situação em que as políticas de proteção viviam fosse mudada.

Oito meses após a criação do MDS, no dia 22 de Setembro de 2004, foi elaborada e aprovada, pelo MDS juntamente com a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS (órgão do MDS responsável pela gestão nacional da PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. De acordo com o MDS essa política tinha como objetivo materializar os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, mantendo a descentralização político-administrativa,

a participação popular e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência Social.

1.5 A Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social

No dia 15 de Julho de 2005 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Então, é instituído o Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Souza e Giaqueto (2014) afirmam que com isso foi colocada em pauta uma nova configuração para a Assistência Social.

O SUAS que tem como eixos estruturantes a matricialidade sócio-familiar; a descentralização político-administrativa e a territorialização, começou a direcionar a implantação da Política de Assistência Social em todo o país, considerando as particularidades territoriais e tendo como foco a realização de ações que viabilize a garantia dos direitos sociais e proporcione a proteção social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários a todo o público usuário da Assistência Social.

CAPÍTULO 2 – A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Uma outra educação que só se tornará viável em larga escala quando a experiência quotidiana de cada comunidade ou de cada grupo social – em seu trabalho, seu lazer, sua relação com o meio ambiente, com os outros – se transformar em fonte de desafio, de questionamento, de criatividade, de participação e, portanto, de conhecimento. Uma outra educação de que não seja mais o monopólio da instituição escolar e de seus professores, mas sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros da comunidade e ligada a todas as dimensões da vida cotidiana de seus membros. (OLIVEIRA; OLIVEIRA apud OLIVEIRA; ELIAS, 2005, pag. 11)

2.1 – Breve histórico da implantação do Serviço Social no Brasil.

Desde o surgimento do Serviço Social, as práticas educativas sempre estiveram presentes nesta profissão. Mas além das práticas educativas a origem dessa profissão, segundo Martinelli, “[...] tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido”. (MARTINELLI, 2003, p. 66).

Isso é notado desde o final do século XIX em Londres, com a criação da Sociedade de Organização da Caridade. Essa sociedade foi criada pela burguesia e tinha como objetivo racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas, vindo ser a primeira proposta de prática para o Serviço Social. (ELIAS; OLIVEIRA, 2008).

Acreditando que os males sociais vinham da falta de higiene, educação e saúde, as visitadoras sociais voluntárias trabalhavam sob esse trinômio. Assim exerciam a ação de reforma do caráter dos indivíduos.

Com o tempo a Sociedade de Organização da Caridade se expandiu para os Estados Unidos da América onde foi representado por Mary Richmond. Mary acreditava que teria agentes qualificados para o trato da Questão Social se estivesse um ensino especializado. (MARTINELLI, 2003).

No Brasil, o processo de legitimação da profissão se inicia na década de 1930. De acordo com Freire e Candido (2013), devido a Grande Guerra, a Revolução Russa, Quebra da Bolsa de Nova York, o país passava por um momento de turbulência. Todos esses fatores fizeram com que o Brasil sofresse grandes impactos econômicos e políticos levando a queda do preço do café, que era seu maior produto de exportação, causando o aumento do custo de vida da população e consequentemente o aumento da pobreza.

Devido ao aumento e as organizações de movimentos políticos no período entre 1930-1970 o país viveu grandes agitações políticas. Toda essa mobilização envolveu vários

grupos sociais, sendo eles formados por operários, classe média, militares, oligarquias e industriais, resultando o aumento do número de sindicatos e associações.

A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. Unindo-se ao Estado e a Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias com força disciplinadora e desmobilizadora do movimento do proletariado. (MARTINELLI, 2003, p.122)

Freire e Candido (2013) falam que neste contexto, os agentes sociais tinham como função amenizar os conflitos, assim esses profissionais atuaram na mudança de hábitos das famílias e pessoas, na perspectiva de melhorar os comportamentos, condições de higiene, a moral e a sua inserção na ordem social.

A sistematização do processo de “ajuda” pelo Serviço Social nos marcos da racionalização da assistência social condensou, portanto, duas demandas fundamentais: a necessidade de eficiência na administração da “ajuda” material, considerando as exigências do capital em manter baixos custos com a reprodução da força de trabalho e a eficácia quanto a imposição do cunho educativo, ressocializador, a essa administração induzindo o indivíduo a determinada maneira de pensar e agir (ABREU, 2011, p. 88).

Com isso o objeto de intervenção desses profissionais se configurava a partir da moral, da higiene e da boa conduta, com a intenção de manter a ordem social vinda das pressões da população que se encontrava na miséria causada pelas crises anteriores. (FREIRE;CANDIDO, 2013).

Com a responsabilidade de manter a harmonia social, o Estado buscou forças unindo-se à Igreja e à burguesia com os quais dividiu a tarefa de circunscrever a hegemonia do poder ao restrito âmbito da classe dominante.

Em 1932, numa união da burguesia com diversos setores da Igreja Católica, foi criado em São Paulo o primeiro Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que segundo Martinelli (2003) tinha o papel de qualificar os agentes sociais para a realização das práticas sociais.

Nesse centro de estudos foi realizado o primeiro curso a fim de ensinar o exercício da ação social, que foi direcionado para as jovens católicas ou militantes de movimentos da igreja, todas pertencentes às famílias burguesas, sendo realizado pela assistente social belga Adèle de Loneux, que veio da Escola de Serviço Social de Bruxelas.

Assim, esse curso serviu de grande importância para a classe burguesa, onde famílias incentivavam suas filhas jovens, solteiras e até mesmo esposas a participarem dessa formação,

que mesmo sendo um pequeno grupo selecionado tinha-se a expectativa de grandes resultados.

Vargas (2014) nos fala que desse centro, em 1936 nasceu a primeira escola de Serviço Social na cidade de São Paulo. De acordo com a autora, a finalidade básica dessa escola era discutir a questão social dentro da doutrina católica. Assim, a Igreja católica direcionava as pessoas à Bélgica para se especializarem e retornarem ao Brasil com os ensinamentos do curso de Serviço Social de fora.

Foi no âmbito da influência norte-americana que importamos, progressivamente, os métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade. (SILVA, 1995 apud Vargas, 2014)

A segunda escola de Serviço Social foi criada no Rio de Janeiro em 1937, por D. Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima.

Segundo Castro (2003):

[...] a escola de Serviço Social do Rio de Janeiro que, como a escola paulista, inscrevia-se na luta travada pela Igreja para defender o povo de influências consideradas nocivas e para constituir-se como a força normativa da sociedade. (p. 107)

De acordo com Martinelli (2003), a identidade atribuída ao Serviço Social naquela época fez com que facilitasse a ação de controle da classe trabalhadora. Assim fazia com que a política controlista e repressiva fosse vista como algo natural garantindo a ordem social.

As intenções da classe burguesa eram encobertas através de práticas assistenciais e alguns benefícios eventuais, tais como, empréstimos, assistência médica e social e auxílios materiais.

Com a intenção de acalmar os movimentos dos trabalhadores e abaixar o nível da tensão da sociedade, essa política controlista começou a tomar um rumo mais rigoroso. (MARTINELLI, 2003).

Em meio a década de 1930, marcado por um cenário social repleto de tensões por parte dos movimentos políticos e reivindicatórios foi criado pelo governo organismo normalizadores e disciplinadores das relações de trabalho. Assim, surgiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e em 1932 surgiu a Junta de Conciliação e Julgamento.

Essa manobra do governo fez com houvesse grande entusiasmo por parte da classe conservadora, pois fez com que as lutas trabalhistas fossem praticamente anuladas por um sindicalismo oficializado controlado pelo Estado.

A partir daí, as liberdades políticas e sociais começaram a serem diminuídas pelo governo através de leis pesadas tais como Lei de Segurança Nacional, Estado de Sítio e Estado de Guerra. Martinelli (2003) diz que essas leis serviam para corrigir o “excesso revolucionário.”

Os resultados desses atos fizeram com que as manifestações dos problemas aparentemente reduzissem, assim fortalecendo a ilusão de que o Estado nutria um paternal interesse pelo cidadão.

Ao longo do tempo, o governo varguista veio ampliando os espaços para a ação social, com isso passou a criar instituições estatais ou paraestatais. Com a criação dessas instituições necessitava-se de agentes qualificados para o exercício da ação social, e quanto mais crescia as instituições aumentava também a demanda por esses agentes.

Segundo Martinelli (2003)

[...] A expectativa que se havia criado em relação ao exercício desses agentes tinha por referencial a identidade atribuída do Serviço Social, ou seja, a sua função econômica, de fundo ideológico, mais do que função social, a qual, numa verdadeira inversão de valores muito própria da ética reificada da burguesia, havia se descaracterizado até o limite da indeterminação. De função essencial, enquanto resposta ao conjunto de problemas que se instauravam como subprodutos do capitalismo, a função social havia se transformado em mero apêndice da função, econômica em estratégia de domínio de classe [...]

Com a chegada do Serviço Social – e sua identidade atribuída – no Brasil em 1932, os que promoveram sua vinda recebeu essa profissão com bastante euforia.

[...] Recebeu aqui a melhor das acolhidas por parte daqueles que haviam se mobilizado para promover a sua vinda para o Brasil: setores mais abastados da burguesia católica e a própria Igreja, os quais, movidos pelo medo da infiltração de novas ideologias e do avanço dos movimentos sociais e temendo a recorrência de conflitos mais graves como aqueles que marcaram o imediato pós-guerra, estavam envolvidos em uma verdadeira “guerra santa”.[...] (MARTINELLI, 2003, p. 126).

De acordo com Iamamoto (2007), a Igreja utilizava a lógica de que uma sociedade só conseguiria realizar a justiça social se estivesse baseada nos princípios de Deus, pois acreditava que a Questão Social, antes de ser econômico-política era uma questão moral e religiosa.

Quando chegou no Brasil, de “cara”, o Serviço Social teve a missão de se juntar à burguesia e à Igreja para desenvolverem a ação “cristianizadora do capitalismo”. Dentro dessa ação, Martinelli nos fala que “encontrava-se a intensão de promover a aceitação ampla do regime capitalista, exorcizando-o, estrategicamente, de seus antagonismos mais evidentes, de suas injustiças mais gritantes”. (MARTINELLI, 2003, p. 127).

Em relação a isso Iamamoto fala que o Serviço Social

Não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Essa ação fez com que os assistentes sociais desenvolvessem seus trabalhos com o sentido de urgência e prontidão, não dando nenhuma possibilidade de reflexão e crítica.

As práticas desenvolvidas pelos profissionais tinham por objetivo o ajustamento político e ideológico da classe trabalhadora, os serviços oferecidos disfarçavam a exploração burguesa, facilitando e preservando o domínio de classe.

O envolvimento com essa ação fortaleceu a identidade atribuída do Serviço Social. Uma construída por repressão, controle e dominação do modo burguês de ser, pensar e agir. Como diz Martinelli (2003) a “identidade atribuída era, assim, plenamente justificada, pois reproduzia a alienação política, social, econômica, cultural presente no espaço mais amplo da sociedade burguesa”. (p. 128).

Dentro da lógica capitalista, era cada vez mais difícil para os profissionais romperem das garras da alienação. Dessa forma eram incapazes de compreender as contradições ligadas ao capitalismo. (MARTINELLI, 2003).

Martinelli (2003) nos fala que o Serviço Social desenvolvia suas atividades em organismos públicos de forma legal desde 1935, sendo assim

[...] Prestando-lhe importantes serviços e respondendo a interesses do capital, seja reduzindo o valor da força de trabalho, seja garantindo a expansão do capital pela produção e reprodução da mesma, o Serviço Social avançou em seu processo de institucionalização. [...] Sendo assim [...] tratou de normatizar o ensino de Serviço Social [...] (p.129).

Com o tempo, o Estado e a burguesia foram dando espaço para que o Serviço Social avançasse em seu processo de institucionalização. Em relação a isso, Martinelli (2003) nos fala que “[...] O Estado despontou como o grande empregador do assistente social, ampliando-

se assim os mecanismos de controle sobre a estrutura e a organização da categoria profissional [...]” (p.131).

Após a Segunda Guerra Mundial, o número de profissionais da área de Serviço Social teve um crescimento. De acordo com Martinelli não era mais necessário ser da alta burguesia para seguir essa profissão, então de imediato, foi se ingressando várias pessoas da pequena burguesia. A autora nos fala que “[...]Seus novos componentes não eram movidos apenas por ideais religiosos ou vocação para servir, nem sequer estavam preocupados com a preservação de poderes hegemônicos ou patrimônio particular. [...]” (MARTINELLI, 2003, p. 134)

Durante seu processo de institucionalização, o Serviço Social caminhou sob as ideias da alienação. Sem nenhuma perspectiva crítica da realidade e tornando o imediato por verdadeiro, Martinelli (2003) nos fala que essa profissão transitava pelo

[...]mundo dos fenômenos externos, das representações comuns, das aparências enganadoras, enfim, pelo mundo reificado próprio da sociedade capitalista, distanciavam-se da possibilidade de obter um conhecimento mais pleno do real, de atingir os fenômenos com os quais operavam. [...] (p.135)

O surgimento das instituições assistenciais e previdenciárias fez com que aumentasse o espaço no mercado de trabalho pra essa profissão. Dessa forma, a atividade institucionalizada foi de vez legitimada pelo Estado. Sendo assim Iamamoto (2007) nos fala que

[...] o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar prioritariamente em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais. (p.31)

2.2 – O Serviço Social e o Movimento de Reconceituação.

Com a chegada da década de 1960 – Início da Ditadura Militar – novas demandas foram direcionadas ao Serviço Social. Dessa forma, diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, Iamamoto (2007) nos diz que os discursos, os métodos de ação e o projeto de prática profissional foram atualizados.

Neste meio os assistentes sociais começaram a entrar em discussões sobre a metodologia do trabalho profissional, começaram a questionar o objeto, objetivos, metodologias e procedimentos de intervenção.

Segundo Abreu (2011) iniciou-se então a partir de 1965 as discussões sobre a prática do assistente social, momento esse que questionam a perspectiva conservadora da profissão.

Começou assim a articulação que recebeu o nome de Movimento de Reconceituação do Serviço Social. De acordo com Martinelli (2003), esse movimento foi representado por agentes sociais que no qual lutavam por uma consciência crítica na categoria profissional.

Como diz Iamamoto (2007), o Movimento de Reconceituação representou

[...] a ruptura com a herança conservadora[...] uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las.

O debate acerca da sistematização técnico-prática do Serviço Social ganha relevância nos encontros realizados em Araxá/MG (1967), Teresópolis/RJ (1970), Sumaré/SP (1978), Alto da Boa Vista /RJ (1984) e Rio de Janeiro/RJ (1984).

Segundo Netto (2011), o Encontro de Araxá, realizado no período entre 19 a 26 de março de 1967, foi o primeiro encontro para discutir o Serviço Social. Nele estavam presentes trinta e oito assistentes sociais que se organizaram em quatro grupos. Esse encontro tinha como tema *metodologia de ação do Serviço Social em face da realidade brasileira*. Para o autor, o documento foi resultado de estudos e reflexões atendendo a uma reivindicação dos assistentes sociais procurando perspectivas de mudança social. Neste documento foi constado a natureza do Serviço Social, os objetivos do Serviço Social, funções do Serviço Social, administração dos serviços sociais, metodologia de ação do Serviço Social.

No documento de Araxá tinha a presença dos objetivos remotos e operacionais. Netto (2011) explica que nos objetivos remotos procurava se trabalhar o indivíduo no bem-estar social, assim não precisaria do Estado. Já nos objetivos operacionais os assistentes sociais tinham que operacionalizar as políticas sociais existentes.

Nos dias 10 e 17 de janeiro de 1970 foi realizado o encontro na cidade de Teresópolis/RJ. Neste encontro estiveram presentes trinta e três assistentes sociais com o objetivo de trabalhar os conteúdos discutidos no encontro de Araxá/MG validando a busca por uma perspectiva modernizadora do Serviço Social iniciado no encontro anterior.

De acordo com Abreu (2011), os documentos de Araxá e Teresópolis

[...] dão indicações de que o chamado “bem-estar social” refere-se a realização integral do homem a partir da plena utilização dos recursos naturais e humanos, cuja objetivação é resultante do processo de

desenvolvimento e supõe a valores democráticos e de justiça social, mantendo-se, portanto, em conformidade com neotomista. (p. 119)

O encontro de Sumaré foi realizado na data de 20 a 24 de novembro de 1968 no Centro de Estudos Sumaré. Este encontro tinha como objetivo continuar o estudo de teorização do Serviço Social, onde contou com a participação de 25 assistentes sociais.

Em 1984 foi realizado o seminário do Alto da Boa Vista, onde se reuniram vinte e quatro assistentes sociais e, ao contrário dos outros encontros, teve a participação de um estudante. O objetivo proposto era a busca da identidade histórica, sócio-cultural e política do Serviço Social. Os temas discutidos eram a problemática autoritária e sociedade na atualidade brasileira: o marxismo, o positivismo, a fenomenologia, questão social e tecnologia social.

Através do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social tomou outra postura diante da sociedade.

O Serviço Social se laiciza e passa a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade. Estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto. O profissional amplia sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares. E se intensifica o questionamento da perspectiva técnico-burocrática, por ser esta considerada como instrumento de dominação de classe, a serviço dos interesses capitalistas. (CRESS, acessado em 15-08-2015)

De acordo com Castro (2010), a fase da reconceituação foi marcada por análises críticas ao Serviço Social tradicional e ao sistema vigente que envolveu impasses, crises e ganhou vitalidade com questionamentos, contestações, reelaborações que delinearam diferentes fases, provocando rupturas e reclamando novas abordagens.

2.3 – O Serviço Social pós Movimento de Reconceituação

Oliveira e Elias (2005) nos falam que a partir do Movimento de Reconceituação, o exercício profissional no Serviço Social passou a compreender duas dimensões que se constituem como unidade. A primeira dimensão se dá pela mediação da prestação de serviços sociais, e a segunda dimensão permeia a primeira e se faz pela ação socioeducativa na relação com a população usuária dos serviços prestados por essa profissão.

Dessa forma, o Serviço Social construiu um projeto profissional crítico e inovador baseado nos princípios da teoria social de Marx. Assim, adquire materialidade no conjunto das legislações profissionais, tais como, o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei

da Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b; MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001). (IAMAMOTO, acessado em 05/09/2015).

Barroco e Terra (2012) dizem que o Código de Ética

[...] é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético e profissional do assistente social: representa a auto consciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: *ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva produzindo um resultado concreto.* (p.35)

A Lei da Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) foi criada em 7 de junho de 1993. Essa lei, como já diz o nome, veio para regulamentar o exercício profissional do assistente social e estabelece em seus artigos 4º e 5º as competências e atribuições privativas do profissional.

De acordo com Iamamoto (2002), as competências

[...] expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusiva de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais e as atribuições se referem às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas. (p.16).

Diante do parágrafo acima citado, compete ao assistente social no art. 4º da Lei da Regulamentação da Profissão.

1 Art. 4. Constituem competência do Assistente Social:

- I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos;
- VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 2012, p.44)

Já o art. 5º nos traz as atribuições privativas do assistente social.

Art. 5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

V. – assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CFESS, 2012, p. 45)

Os atendimentos de caso, os plantões sociais, as visitas domiciliares e dentre outros passaram a ser essenciais para exercer o cunho educativo, pois vai além do fator econômico, coincide também os fatores ideológicos, políticos e culturais. (ELIAS; OLIVEIRA, 2005)

Diante do parágrafo anterior vale ressaltar que:

[...] não falamos de processo educacional e sim de processo educativo, visto que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares. Tem-se desta forma, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos, como os das disciplinas escolares, transmitidos pelo

professor através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico. (SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE, 2008, p.63).

De acordo Elias e Oliveira (2005) a dimensão socioeducativa tem estreito vínculo com a organização da cultura, pois, de acordo com Abreu (2002) citado pelas autoras, as relações profissionais dos assistentes sociais se concretizam sob a forma de ação material e ideológica, nos ambiente de convivência das classes subalternas, assim interfere na reprodução física e subjetiva dessas classes, podendo muitas vezes contribuir com os interesses das classes exploradas como também servir de instrumentos de legitimação da desigualdade social através dos interesses dominantes.

Mas como a profissão escolheu a defesa da classe trabalhadora, conforme consta no código de ética do Serviço Social, pode se dizer que a dimensão socioeducativa adquire uma vertente chamada por Elias e Oliveira (2005) de *organizativa* com o objetivo de fazer com que a classes subalternas adquiram uma força revolucionária.

Em relação a essa vertente organizativa:

[...] o desafio do assistente social é avançar na luta emancipatória voltada à construção de uma nova sociabilidade – a socialista – já que a prática profissional é um “desdobramento da práxis social”, que exige relação orgânica entre Serviço Social e os movimentos sociais[...]Em tensão com esse pressuposto, o redimensionamento das práticas pedagógicas do assistente social num sentido emancipatório é proposto a partir da construção de estratégias de efetivação dos direitos, incorporando as necessidades dos usuários. [...] (IAMAMOTO, 2012, p.326)

É nesse cenário como nos aponta Cardoso e Maciel (2000) citados por Oliveira e Elias (2005) a função das práticas profissionais dos assistentes sociais contida em seu projeto ético-político:

[...] concretiza-se fundamentalmente, através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento as necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (CARDOSO; MACIEL (2000) pag.144 apud ELIAS;OLIVEIRA (2005) p. 13)

Pensar a prática profissional na contemporaneidade considerando a defesa da classe trabalhadora, dando ênfase ao código de ética do Serviço Social e ao projeto ético-político profissional, a dimensão educativa dos assistentes sociais

[...] supõe o compromisso político consciente com o processo societário das classes subalterna e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes (CARDOSO;MACIEL(2000) pag. 144 apud ELIAS;OLIVEIRA (2005) p. 13).

Por baixo desse horizonte fazem-se necessárias ações que venham proporcionar a luta e resistência da classe trabalhadora. Sendo assim as atividades socioeducativas.

[...] devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisa-las e explica-las isso passa por um processo de conscientização, que [...] *supõe a tomada de consciência e se completa na ação transformadora da realidade [...]*.(GRACINI, 2000, pag. 55 apud ELIAS;OLIVEIRA, 2005, p. 14)

Oliveira e Elias (2005) afirmam que a dimensão socioeducativa do assistente social deve se pautar em ações que possibilitem a efetivação da autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Porém, é visto hoje, os trabalhos socioeducativos sendo vinculados à qualificação profissional, sendo que essa qualificação não garante o reestabelecimento financeiro das famílias.

Portanto, é muito importante trabalhar os trabalhos socioeducativos sem essa vinculação, pois eles:

[...]são de extrema relevância a partir do momento em que possibilitam autonomia política, pois os benefícios financeiros são oferecidos num espaço de tempo definido, porem uma vez adquirida a autonomia politica, o sujeito tem condições de participar de maneira mais ativa na sociedade, na luta por seus direitos de cidadania e pela hegemonia de sua classe. (p.14)

Porém, além de atingir a esfera intelectual nos níveis de informação, politização e conscientização é necessário atuar na modificação dos padrões produtivos e de trabalho. Assim, foram atribuídas quatro características às ações socioeducativas que são consideradas fundamentais para a perspectiva emancipatória: informativa, reflexiva, participativa e organizativa.

A esfera informativa consiste na compreensão das situações vivenciadas e da relação social. Possibilita ao usuário a ampliação do conhecimento crítico dessa realidade, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão. Pode se dizer que essa esfera está presente em todo o trabalho do assistente social, sendo o compromisso do mesmo estudar para poder passar seus conhecimentos para a classe atendida. (ELIAS;OLIVEIRA, 2005)

A esfera reflexiva envolve a análise de conjuntura das situações vivenciadas pelos usuários. É a partir dessa dimensão que o indivíduo irá se distanciar da influência ideológica da classe dominante. Para proporcionar a reflexão, o profissional tem que proporcionar espaços para que o usuário tenha diálogo. É necessário levar a informação e deixar que o usuário reflita, fale, debata. (ELIAS;OLIVEIRA, 2005)

De acordo com Elias e Oliveira (2008), essas duas primeiras características articulam-se mais a ordem intelectual e moral. E a partir do momento que elas são realizadas fica mais fácil fazer com que as classes subalternizadas adquiram consciência.

É importante ressaltar que é impossível entrar na esfera participativa sem que haja a tomada de consciência do usuário. Essa esfera – a participativa – parte do incentivo ao usuário a participar dos espaços deliberativos. É necessário que a população apresente seu ponto de vista em relação ao que acontece em seu território. Podemos dizer que essa característica:

[...]Trata-se de estabelecer uma aliança comprometida em apoiar as lutas e reivindicações das camadas populares tentando contribuir para sua mobilização, para a ampliação de sua participação no interior das instituições e seu fortalecimento enquanto grupo organizado. (SILVA, 2002, pag. 187 apud OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 20).

Entende-se que a dimensão organizativa está totalmente ligada as demais esferas – informativa, reflexiva e participativa – uma vez que é necessário a partir da informativa obter conhecimento que somará a reflexiva envolvendo a análise de conjuntura ultrapassa o aparente, o que despertará o interesse pela participativa o que acentua a dimensão coletiva organizada. Em outras palavras pode-se dizer que é quando os usuários obtêm a informação, realizam a reflexão, tomam consciência, passam a ser participativos e se organizam entre eles.

Concluimos esse capítulo destacando a fala de Oliveira e Elias (2005)

[...] a dimensão socioeducativa é fundante na identidade do Serviço Social [...]. Sendo assim, as atividades em consonância com o projeto-político do Serviço Social devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e analisa-las e explicá-las. Isso passa por um processo de informação, conscientização, que supõe o engajamento na luta pelos interesses das classes subalternas e se completa na ação transformadora da realidade. (pag.21)

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO POPULAR E AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EFETIVAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, é o principal responsável pelo trabalho social com famílias.

Assim, partindo do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, o trabalho social com famílias consiste em um “[...] conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um grupo social, unido por vínculos consanguíneos, de afinidade e/ou solidariedade”. (BRASIL, pag. 10, 2012)

Considerando a importância do trabalho com famílias, foi disponibilizado pelo MDS um material de orientações técnicas sobre o PAIF. No capítulo 5 deste material, é tratado das abordagens metodológicas para o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF.

De modo rápido, apreende-se abordagem metodológica como o conjunto de fundamentos e pressupostos que embasa a ação profissional, à luz das correntes epistemológicas do conhecimento científico. Portanto, a opção por uma abordagem metodológica influi diretamente no alcance dos objetivos da ação realizada. (BRASIL, 2012, p.95).

Dessa forma, a equipe do CRAS é orientada a escolher a abordagem metodológica de acordo com a realidade encontrada em seu território, entretanto, ressalta-se a importância da escolha de uma abordagem que venha de encontro com o paradigma dos direitos sociais:

Assim, cabe aos técnicos de nível superior e ao coordenador do CRAS a escolha das abordagens metodológicas mais adequadas para responder às demandas postas para o PAIF em determinado território. Destaca-se que as abordagens metodológicas devem ser apropriadas à política de assistência social, baseada desde 1988 no paradigma dos direitos. (BRASIL, 2012, p.97)

De acordo com Souza e Giaqueto (S/D), o material publicado apresenta componentes importantes que devem conter na abordagem metodológica escolhida.

Nesse sentido, precisam apresentar componentes que estimulem a participação das famílias e seus membros, contribuam para a reflexão sobre suas condições de vida, valorizem os saberes de cada um, propiciem uma visão crítica do território, permitam o reconhecimento do dever estatal em assegurar direitos, possibilitem a vivência de experiências, fortaleçam suas capacidades para construir alternativas de ação e, assim, auxiliem no processo de conquista de cidadania. (BRASIL, 2012, p. 97)

Compreendendo que o trabalho social com famílias é algo complexo, esse material traz sugestões de abordagens metodológicas, entre estas, utilizamos a abordagem metodológica conhecida como: a Pedagogia Problematicadora de Paulo Freire.

A Pedagogia da Problematicação foi pensada por Paulo Freire para ser utilizada na Educação Popular. Segundo ele, ao considerar os anseios e a leitura do mundo dos educandos, é possível construir meios para solucionar os problemas que estão vivendo. (BRASIL, 2012)

Ao tratar da Educação Popular, Machado (2012) nos fala que ela

[...] constitui-se um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social. [...] (p. 151)

Para compreender a Pedagogia da Problematicação, busca-se resultados nas obras de Paulo Freire, tais como, Pedagogia do Oprimido (1970), Pedagogia da Autonomia (1996) e Pedagogia da Esperança (1992).

Essa abordagem metodológica reconhece os seres humanos como sujeitos e não meros objetos e ressalta a importância do diálogo. Assim mostra às famílias que eles são autores da transformação social.

Dessa forma, essa abordagem metodológica de Paulo Freire nos mostra que o trabalho com famílias é importante, pois, traz uma educação que possibilita alcançar a tomada de consciência, assim contribui para que essas pessoas – consideradas pelo Estado como inocentes, ingênuas – passe a ter uma visão crítica da realidade em que estão vivendo.

Deste modo, com Junior e Torres (2009) nos falam que essa educação no trabalho com famílias na perspectiva Freiriana traz.

[...] uma especificidade de procedimentos educacionais que construa junto com o povo todas as possibilidades de decisão política e ação coletiva, a partir dos interesses dos grupos populares. Uma Educação ética e responsável que apresente as contradições históricas de seu tempo, contribuindo com a conscientização e que tenha como pretensão colocar homens e mulheres em diálogo permanente, apontando, a partir dessa relação, uma perspectiva de sociedade que contemple as suas reais necessidades. (p. 25).

A fim de contribuir para a tomada de consciência, a educação popular apresenta

[...] possibilidades para que sejam desencadeadas ações comprometidas com as causas do povo: que contribua com seu processo de conscientização e participação, com sua libertação, emancipação e participação enquanto

sujeitos no processo, que estabeleça relações para contestar o sistema político e a ordem econômica vigente. (JUNIOR;TORRES, 2009, p.30).

Essas possibilidades não acontecerão se não for trabalhada a *dialogicidade*, que nada mais é do que permitir aos participantes, a práxis - teoria do fazer, com ação e reflexão simultâneas, em reciprocidade - sobre a ação pedagógica realizada. Pra isso é necessário que esses participantes tenham voz e se expressem e não apenas recebam informações.

[...] a incorporação desta dinâmica é o primeiro passo na construção da autonomia e do sentir-se sujeito do conhecimento, quer dizer, expressar a sua palavra e não apenas receber informações prontas, atuando apenas como receptor passivo, na ilusão de que de fato atua. [...] (JUNIOR;TORRES, p. 94. 2009)

Sendo assim, fica claro que para que os participantes desse trabalho se sinta sujeito do conhecimento e busque sua autonomia é necessário que ele ajude a busca-la, não a receba pronta, pois assim seria fruto de uma lógica opressora, característica de uma educação bancária.

Esse tipo de educação, a bancária, antidialógica, caracteriza os participantes/educandos como meras pessoas sem conhecimentos. Sendo assim, inexistente o diálogo, não promovendo aos participantes outra condição se não a de submissão perante a algo que já está posto.

Dessa forma, Junior e Torres (2009) nos falam que

A finalidade da Educação bancária, em seu caráter narrador, é tratar homens e mulheres enquanto seres vazios, destituídos de vivências, de historicidades e que, portanto, precisam ser preenchidos com informações, conceitos e conteúdos prontos e acabados. Trata-se, desta forma, apenas da transferência de uma especificidade de conhecimentos, o que nega ou impossibilita a sua construção [...]. (p.94)

Assim, fica evidente que em hipótese alguma no trabalho com famílias o diálogo deva ficar ausente.

Este é manifesto como uma das condições fundamentais no processo de existência, da construção e reconstrução dos homens e mulheres para que se façam sujeitos históricos, seres que criam e recriam sua cultura, sua educação e sua forma de se viver no mundo. É somente através e por meio dele que se dá a comunicação permeada pela palavra e o seu desenvolvimento. [...] (JUNIOR;TORRES, p. 99, 2009).

Conclua-se que nós assistentes sociais, por termos uma formação profissional intrinsecamente educativa, temos um embasamento teórico-metodológico que possibilita nos apropriarmos desta abordagem metodológica pautada em Paulo Freire para efetivar um

trabalho social com famílias na busca pela tomada de consciência e engajamento na luta coletiva por direitos. Nesta perspectiva, identificamos no Círculo de Culturas de Paulo Freire uma proposta instrumental-metodológica interessante para o desenvolvimento do trabalho social com famílias proposto pelo PAIF.

3.1 – O Círculo de Cultura como possibilidade para a aplicação da abordagem metodológica proposta por Paulo Freire: uma adaptação para a efetivação do trabalho social com famílias na política de assistência social.

Ao considerarmos as possibilidades de adaptações dos pensamentos de Paulo Freire para a efetivação do trabalho social com famílias no âmbito da assistência social, optamos por refletir neste momento, sobre o instrumento metodológico Círculo de Cultura, que é um importante instrumento político-pedagógico da Educação Popular, e identificar as possíveis contribuições para o trabalho social com famílias.

Devido à crise de 1929, que acarretou o corte do fluxo de capital e a diminuição dos preços dos produtos primários no mercado mundial, Marinho (2009) nos fala que vários países da América Latina foram “obrigados” a implantar programas de industrialização a fim de substituir as importações.

Isso fez com que trabalhadores urbanos perdessem a confiança nos líderes radicais e liberais da classe média e firmasse a confiança nos líderes populistas, tal como Getúlio Vargas aqui no Brasil.

Com essa confiança, Vargas, que tinha como solução acelerar o processo de industrialização no país, tinha como apoio as organizações dos trabalhadores. Segundo Marinho (2009), o líder conquistava a massa trabalhadora com discursos de aumento de empregos e salários. Porém, tais discursos não foram capazes de opor-se aos interesses das facções da oposição.

As bases de apoio à Vargas começaram a apresentar sinais de enfraquecimento, assim, sem ver nenhuma saída, no ano de 1954 Vargas se suicidou.

Marinho (2009) nos fala que com morte de Vargas o governo afastou-se do pacto populista tornando-se autoritário com tendências conservadoras. Tornou-se então o momento das elites, em momento algum os questionamentos partiam das camadas populares e muito menos eram destinados a eles. Ao povo restava os discursos vazios de promessas para não serem cumpridas.

Em 1960, Aloísio Alves foi eleito o governador do Rio Grande do Norte. Um dos principais temas de sua campanha era a alta taxa de analfabetismo e tinha como propósito reverter essa situação preocupante.

Mas, além da educação escolar esse estado necessitava de uma educação para a decisão e responsabilidade político-social. Dessa forma, Marinho (2009) nos fala que

[...] surgiu um trabalho pautado num método ativo, dialogal e crítico com experiências que trouxessem a modificação do conteúdo programático da educação, além do uso de técnicas como a redução e codificação das palavras [...]. (p. 50).

Nascia então o Círculo de Cultura.

Entende-se o Círculo de Cultura como um espaço voltado para a ação educativa em que os educandos/usuários se envolvem em um processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Henrique e Torres (2009) nesses espaços os participantes, mediados pelo diálogo, num processo reflexivo, tem a liberdade de se expressar, intervir, reestabelecer relações horizontais, vivenciar ações coletivas em comum, re-significar suas práticas e concepções, repensar o mundo em que estão inseridos.

O local escolhido para a experiência piloto do programa de alfabetização foi a cidade de Angicos/RN.

A população de Angicos nunca teve acesso a uma educação escolar satisfatória. Segundo os dados do recenseamento de 1950, foram considerados alfabetizados, podendo escrever seus nomes, apenas 26% da população maior de 10 anos [...] A escolha de Angicos como local para a experiência piloto do programa de alfabetização foi consequente por ser possível levar o projeto a cabo sem a intervenção por forças políticas opostas e por acarretar mais prestígios à família Alves. (GERHARDT, 1983 apud MARINHO, 2009, p. 50)

Então, em janeiro de 1963, nessa cidade, aconteceu a aula de abertura do programa.

Ministrada pelo Governador no Grupo Escolar Local, com presenças do Exmo Sr. Calazans Fernandes, secretário da Educação e Cultura, um grupo de professoras paulistas componentes da Caravana Governamental, fotógrafos, jornalistas e os universitários coordenadores dos Círculos de Cultura. (MARINHO, p.50, 2009)

O Círculo de Cultura tinha como ideia a substituição da sala de aula. No lugar dos encontros os participantes se organizavam em círculos de forma com que todos se sentavam e se viam, assim, se havia uma interação das relações do homem com a realidade, recriando-a e buscando-se a dinamização de seu espaço no mundo.

De acordo com Freire (2003) citado por Marinho (2009), o homem no Círculo “Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura” (pág. 50).

Ao relacionar o Círculo de cultura com o âmbito escolar, no lugar do professor aparece o coordenador. Em lugar das aulas discursivas, coloca-se o diálogo. No lugar dos alunos, com tradições passivas, encontram-se os participantes de grupo.

Para o desenvolvimento da dinâmica desse projeto era necessário um coordenador de debates que promovia o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita e se concretizava no interior dos encontros com questões centrais do dia-a-dia dos participantes.

Sendo assim, Assumpção et al (2009) afirmam que o coordenador/educador

[...] é o provocador no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o educando, por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. (p. 88).

Continuando nessa linha, Freire (1980) sendo citado por Henrique e Torres (2009), acrescenta que o coordenador.

[...] não deve, de um lado, fazer girar as atividades do Círculo em torno de si; se não deve ser o único a falar, o que diz sempre a última palavra, o que dá a impressão de ser o único que sabe, não deve, anular-se e omitir-se. [...] Tanto ele quanto os alfabetizando, enquanto participantes dos Círculos de Cultura, devem ser as presenças atuantes nestes. (p.125).

Para isso, foi preciso a preparação dos coordenadores, sendo a grande dificuldade encontrada. Não pela técnica de procedimento, mas pela criação de uma nova atitude, um novo paradigma no educador, o diálogo.

Para esta experiência, 40 pessoas iniciaram a formação na Universidade Federal de Pernambuco, com Paulo Freire, para serem Coordenadores, no entanto, apenas 21 efetivaram sua conclusão [...] (Marinho, 2009, p.53).

Mas mesmo o dialogo sendo um paradigma difícil, os coordenadores o consideravam como uma das ferramentas mais importantes para a alfabetização.

Segundo Marinho (2009) a fala não deveria ser somente do coordenador, a intervenção do mesmo deveria ser reduzida ao mínimo ao ponto de deixar com que o grupo trabalhasse, apenas incentivando ao diálogo.

[...] deve de um lado, fazer girar as atividades do Círculo em torno de si; se não deve ser o único a falar, o que diz sempre a última palavra, o que dá a

impressão de ser o único que sabe, não deve, de outro, anular-se e omitir-se. [...] Tanto ele quanto os alfabetizandos, enquanto participantes dos Círculos de Cultura, devem ser presentes atuantes nestes. (FREIRE 1980 apud HENRIQUES;TORRES, 2009, p.125)

Em relação aos participantes/educandos cabia questionar e questionar-se, aprender e ensinar, dialogar e existir na essência do aprendizado construído de forma coletiva.

Os educandos falam a partir de seu território, do seu lugar de vida, convivência, trabalhos e relações sociais; construindo um movimento solidário, dialético e dialógico que lhe permita desvendar o local e o universal, e se comprometam com as ações necessárias à construção do mundo novo, com justiça e sustentabilidade. (ASSUMPÇÃO et. al. p. 89, 2009).

Neste contexto entra a participação também dos supervisores, esses tinham a função de auxiliar os coordenadores a fim de evitar alguns equívocos. (MARINHO, 2009)

A fim de contrariar a visão tradicionalista do professor, Marinho (2009) nos fala que cabiam aos coordenadores.

3.2 – A importância do Círculo de Cultura ao contribuir para o trabalho social com famílias.

Ao trazer o Círculo de Cultura para o trabalho com famílias podemos classificar os técnicos de referência, enquanto os coordenadores e os usuários atendidos, enquanto os participantes do grupo.

Ao se tratar dos coordenadores/técnicos de referência, Freire citado por Marinho (2009) nos fala que o papel desses profissionais.

[...] não é o de fazer um discurso, mostrando que sabe isto ou aquilo, mas sim o de provocar, entre os alfabetizados, uma troca de idéias, de opiniões, para uma melhor compreensão da nossa realidade, dos seus problemas, das nossas fraquezas. (p. 53).

Cabiam aos coordenadores, e, cabem aos técnicos de referências.

Problematizar as discussões para que opiniões sejam apontadas, conhecer o universo vocabular dos participantes, o seu saber traduzido por meio de seus “causos” e valoriza-las na leitura de mundo [...] (MARINHO, 2009, p. 54).

O trabalho com famílias, assim como a metodologia do Círculo de Cultura, deve fazer com que os grupos populares se amadureçam politicamente. Segundo Henriques e Torres (2009), somente com o amadurecimento político que é possível concretizar a conscientização e politização das pessoas envolvidas nesse processo de formação. “[...]”

assume a estratégia de ação e reflexão para o desenvolvimento consciente da organização e mobilização dos grupos sociais [...]” (p.121)

Vale ressaltar que em momento algum o trabalho com grupos deve se associar aos trabalhos socioeducativos de cunho terapêutico, pois essa prática deixa de lado o dever que tem o poder público frente ao enfrentamento das manifestações da questão social e joga esse dever em cima das famílias. De acordo com Teixeira (2010), esse trabalho de cunho terapêutico.

[...] pode fortalecer práticas normativas e disciplinadoras que se dirigem a ensinar as famílias a gerir recursos, a disciplinar os filhos, a exercer as funções de cuidado, proteção e educação, sem alterar as situações que as impedem de exercê-las como há cinquenta anos. [...] (p.18).

Ao contrário disso, o trabalho socioeducativo deve ser direcionado às reflexões e à busca de estratégias de forma coletiva para o enfrentamento dos problemas discutidos. Dessa forma, Teixeira (2010) diz que.

[...] o grupo é um espaço de potencialidades, em que se realizam a escuta, a reflexão, o diálogo e a troca de experiências; um espaço de comunicação e aprendizagem. Todavia, não deve ser utilizado como instrumento de busca de enfrentamento das situações de carência de modo individualizado nem por meio dos recursos da família e da comunidade, eximindo o poder público da responsabilidade pelo enfrentamento da questão social, nem responsabilizando as famílias pela busca de soluções de problemas que extrapolam suas possibilidades de respostas, nem com fins terapêuticos e subjetivistas. (p. 18).

Ao se tratar do diálogo, com Souza et al (S/D) dizem que a dimensão dialógica é uma importante arma que contribui para que os participantes dos grupos se reconheçam enquanto sujeitos de direitos, além de instiga-los a lutar pelo acesso a eles.

A tarefa a que se propõe é contribuir para que as famílias possam perceber-se enquanto sujeitos de direitos, com a autonomia e a cidadania como elementos norteadores do trabalho social junto a elas. Esse propósito explícito deve servir de referência para a coordenação, tanto ao acolher as questões suscitadas pelos membros, como na sua articulação com os aspectos sociais na direção dos direitos do cidadão. (GUIMARAES, 2004, p.127)

Pra isso, tanto os coordenadores dos grupos – educadores-educandos – quanto os profissionais atuantes da área da Assistência Social, devem mostrar cada vez mais transparência em relação para que e para quem decidiram lutar. Assim nos leva a refletir sobre nosso posicionamento ético-político, ou seja, o compromisso da categoria com os interesses das classes populares.

[...] supõe compromisso político consciente com o processo societário das classes subalterna e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p.144)

Para que os encontros tenham sentido, é necessário que as temáticas desenvolvidas neles venham de encontro com a realidade vivenciada pelos participantes. Vale lembrar que já que tais trabalhos são desenvolvidos com eles, e não para eles, é importante que os integrantes dos grupos escolham os temas abordados. Isso contribui para que os participantes sintam-se parte do processo de construção do conhecimento.

Esse processo se inicia pela investigação do próprio pensar e modos de se expressar do povo, não enquanto objeto alheio ao educador, mas como constituinte também de seu pensamento e de sua expressividade; dentro de um processo de investigação e problematização com o povo e não sobre ele, num “esforço comum de consciência da realidade.” [...] o objetivo é integrar os grupos num empenho maior de luta coletiva, no qual todos devem ser sujeitos participativos [...] (HENRIQUE;TORRES, p. 133, 2009)

Ao trazer isso para o trabalho social com famílias nota-se que “tem tudo a ver”. Tem que ser discutido nesses grupos assuntos que leve os participantes a refletir tais problemas em seus territórios. Sendo assim, não há ninguém melhor do que eles mesmos para trazer a abordagem.

Investigar o universo temático das famílias usuárias do PAIF, a fim de eleger “temas geradores” a serem com elas trabalhados. A investigação temática envolve a investigação do próprio pensar das famílias, por meio da observação compreensiva – captar o não dito, os elementos simbólicos, explícitos e implícitos nas ações sociais. Isso significa que: “não posso pensar pelos outros, nem para os outros, nem sem os outros...” (BRASIL, 2012, p. 100).

Ao tratar do Círculo de Cultura, Henrique e Torres (2009) nos falam que por esse projeto estar inserido em uma prática educativa de caráter político-libertador, bem diferente das práticas conservadoras do século passado, deve servir como instrumento para que os indivíduos superem as contradições da sociedade capitalista.

Assim, Paulo Freire afirma que essa metodologia de trabalho contribui para que os participantes desenvolvam a conscientização.

Através da conscientização, pretendem-se construir com os participantes a consciência de classes, dessa forma, os interesses defendidos de cada um passa ser o interesse de todos do grupo. Ao verem que os problemas não são só de um e que somente de forma

coletiva conseguirão reverter esse quadro, certamente irão surgir possibilidades de organização e mobilização a fim de buscar a concretização de seus interesses coletivos.

[...] junto com as classes populares, identificarmos os problemas, os sofrimentos, as necessidades comuns e as ações coletiva (intervenções na realidade). [...] deve incitar o desvelamento da realidade opressora, a percepção cada vez mais profunda das necessidades de classe, visando a construir com o povo a *consciência de classe*, momento em que os interesses que cada um defende passam a ser os interesses da coletividade e a organização e mobilização do povo vai adquirindo cada vez mais vigor e objetividade política. (HENRIQUES;TORRES, 2009, p. 135)

Ao fim deste capítulo podemos concluir que, mesmo a metodologia aplicada no Círculo de Cultura sendo direcionada à área da Educação é possível encontrar elementos importantes que podem ser adaptados para a efetivação do trabalho social com família na área da Assistência Social. Tanto o Círculo de Cultura de Paulo Freire quanto o trabalho social com famílias da Assistência Social trazem em si a grande importância da conscientização, sendo considerados como estratégias para a garantia do acesso aos direitos sociais.

CAPITULO 4 – O TRABALHO COM GRUPOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE OUROESTE/SP

4.1 – Caracterização do município de Ouroeste/SP.

A Cidade de Ouroeste que fica localizada na região noroeste de São Paulo foi fundada por João Zeferino Ferreira Velloso em 27 de Janeiro de 1952. Seus primeiros moradores foram atraídos pela fertilidade do solo e pela localização. É devida essa terra fértil, que valia ouro, que se deu o nome de Ouroeste.

Antes de se tornar município, Ouroeste (que na época tinha cinco mil habitantes) era distrito da cidade de Guarani D' Oeste (que tinha 2 mil habitantes) pela Lei Municipal nº 398. Devido os governantes de Guarani D' Oeste ser de Ouroeste, começou então um processo de emancipação política, tendo como autor do projeto de lei o ex-prefeito e então vereador na época, Edvaldo Fraga da Silva.

Em 27 de Dezembro de 1995, o governador da época, Mario Covas, sancionou a Lei Estadual nº 9330/95 que contribuiu para que Ouroeste se tornasse município, pois essa lei impedia que o distrito obtivesse um número de habitantes inferior ao número de habitantes do que o município.

Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a cidade de Ouroeste é composta por uma população de 9.134 habitantes.

Segundo PNUD (2010b), em uma área que compreende 288.142 km², essa cidade possui um dos maiores índices de desenvolvimento humano – IDH do país, ocupando a 227ª no ranking dentre 5.565 municípios brasileiros. Em relação aos 645 municípios do Estado de São Paulo, a cidade de Ouroeste se encontra na 110ª posição.

No que diz respeito ao seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, a cidade de Ouroeste teve um crescimento de 54,31% nas últimas décadas, estando acima do crescimento nacional que é de 47,46% e também acima da média de crescimento estadual que é de 35,47%.

A expectativa de vida no município de Ouroeste também teve crescimento, De acordo com o PNUD (2010), nos últimos 20 anos a esperança de vida passou de 67,2 anos em 1991 para 72,2 anos em 2000 e para 76,9 anos em 2010.

Em relação a educação também nota-se um crescimento, em 2010, 83,32% dos alunos entre 6 e 14 anos do município de Ouroeste estavam cursando o ensino fundamental regular na serie correta para a idade. Em 2000 eram 82,06% e, em 1991, 53,40%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 48,27% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em

2000 era 48,95% e, 1991 20,22%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 23,96% estavam cursando o ensino superior em 2010, 29,74% em 2000 e, 8,14% em 1991.

A população de Ouroeste aumentou com a implantação da Usina Água Vermelha no ano de 1974, pois com a chegada dessa usina passou a gerar novas fontes de emprego e renda, iniciando uma nova fase de grande desenvolvimento e crescimento econômico.

Atualmente, além da Usina Água Vermelha outros mercados de trabalho também empregam grande parte da população, tais como a Usina Industrial Sucroalcooleira BUNGE, o frigorífico e também a Prefeitura Municipal da cidade.

Devido os impactos causados pela crise mundial, o setor industrial da cidade veio se restabelecendo, pois essa crise causou forte carência de investimentos, de instrumentos e infraestrutura, fazendo com que várias empresas abrissem concordata deixando vários trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, aumentando as demandas para a política de assistência social.

4.2 – Caracterização do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – de Ouroeste/SP.

A cidade de Ouroeste conta com o Órgão Gestor da Assistência Social desde o ano de 2003. Devido o crescimento da demanda pelos serviços da Assistência Social e também para atender os pressupostos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e os direcionamentos do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, foi implantado no município no ano de 2006 o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

O CRAS é o principal responsável pela execução de serviços de proteção social básica, também tem como função, conforme previsto na PNAS, a organização e coordenação da rede de serviços sócio assistencial existente em sua área de abrangência.

Dessa forma, o CRAS desenvolve um trabalho voltado à população em situações de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos sociais (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outros), por meio de programas e projetos que partindo da Proteção Social Básica, objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O CRAS é o responsável pela execução do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF que é um programa do Governo Federal e tem o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários de acordo com as orientações da tipificação.

O PAIF Consiste no trabalho social com famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (MDS, 2009, p. 6)

O PAIF foi criado pelo MDS no ano de 2004 com a função de aprimorar o PNAF – Programa Nacional de Atendimento Integral à Família. Neste mesmo ano a Política Nacional da Assistência Social – PNAS reconheceu o PAIF como parte integrante da proteção básica, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social, sendo financiada pelo Governo Federal (Decreto 5085/2004). A partir de então passou a desenvolver ações e ofertar serviços básicos para as famílias em situação de vulnerabilidade social em toda área de abrangência que corresponde ao CRAS.

Neste contexto, o profissional do Serviço Social que trabalha no CRAS busca trabalhar – mesmo com muitas barreiras – a superação de práticas assistencialistas e paternalistas, propondo práticas propositivas, critica, assumindo a importância pela militância por uma política pública de direito, participando no conjunto da sociedade, como potencializadora deste processo, através das mediações estabelecidas no trabalho direto com os usuário e na gestão da política, mas também que se articule a outras categorias profissionais, aos movimentos sociais, numa perspectiva de romper com a endógena que vem sendo reatualizada.

Ao assumir essa importância pela militância por uma política pública de direito, é desenvolvido no CRAS da cidade de Ouroeste desde o ano de 2011 um trabalho com os Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Esse trabalho é desenvolvido com os beneficiários dos programas de transferência de renda tais como Bolsa Família, Renda Cidadã e Renda Mínima.

O Bolsa Família é um programa do governo federal, esse programa é destinado às famílias que possuem a renda per capita de até R\$ 154,00. Para saber se a família tem direito a esse benefício, o cálculo é de acordo com o perfil da família que fica cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Programa Renda Cidadã é destinado destina-se às famílias que tem a renda per capita de até meio salário mínimo. Cada família inserida recebe um valor de R\$ 80,00 do governo estadual.

O Renda Mínima, é um programa do governo municipal, para que as famílias recebam esse benefício é necessário que a renda per capita das mesmas seja igual ou inferior a R\$ 250,00. O valor desse benefício é de R\$ 60,00.

Ao todo são cerca de 300 famílias participantes que se dividem em 11 grupos contendo cerca de 25 pessoas em cada grupo.

Como estratégia para facilitar o acesso e participação das famílias residentes distante do CRAS, a equipe do Centro de Referência da Assistência Social dividiu e organizou os grupos em 3 locais. Para o grupo que compõe famílias residentes no povoado Arabá, o trabalho é desenvolvido nas dependências do Centro do Convívio do Idoso – CCI. Um grupo composto pelas famílias residentes no Assentamento “Bom Jesus”, realizado na antiga sede da fazenda, espaço utilizado pelos moradores para realização de reuniões e nove grupos compostos por famílias da zona urbana e rural de Ouroeste, realizados nas dependências do CRAS.

Segundo as assistentes sociais do CRAS, os beneficiários têm a liberdade de escolher em qual grupo querem participar, sendo que sempre que necessário essa escolha pode ser alterada.

Todo semestre as assistentes sociais constroem um cronograma com as datas dos encontros e disponibiliza para os participantes dos grupos.

4.3 – Percurso metodológico da pesquisa de campo:

Objetivando a realização de um estudo que nos permitisse conhecer a perspectiva dos usuários sobre o impacto da participação dos mesmos nos grupos, dividimos essa pesquisa em duas etapas. Para definir o perfil socioeconômico, decidimos alcançar o maior número de integrantes para que assim o resultado fosse o mais fiel possível.

Para isso escolhemos o mês de Fevereiro do ano de 2015, onde, ao longo desse mês aplicamos o questionário quantitativo com 10 questões a todos que participaram dos grupos nesses trinta dias.

Ressaltamos que, mesmo estando presente nesses encontros ao longo do mês, devido a falta de alguns, não foi possível aplicar os questionários a todos os 261 participantes.

Dessa forma, como apresenta a tabela 2 na página 65, ao todo foram abordadas 189 pessoas.

No mês de Outubro foi realizada a segunda e última etapa, essa etapa se deu por meio de um questionário qualitativo composto por 8 questões abertas. Para a realização das entrevistas, foi necessário que agendássemos os horários com as entrevistadas. Feitos os

agendamentos das entrevistas, fomos até a casa das mesmas para entrevista-las. Escolhemos fazer as entrevistas em suas respectivas residências para se sentirem mais confortáveis e assim responderem as perguntas. As 4 integrantes que responderam essas perguntas foram escolhidas de formas aleatórias, de acordo com a disponibilidade de cada uma.

4.4 – Caracterização dos sujeitos envolvidos:

De início, para que não haja dificuldades durante a exposição da análise das informações obtidas por meio da pesquisa de campo, segue na tabela a seguir, a forma que cada grupo será identificado.

Tabela 1 – Identificação dos Grupos

Grupo	Identificação
Harmonia	G1
AJ's	G2
RC – C	G3
GR – 2	G4
GR – 1	G5
Amizade	G6
RC – A	G7
Lírio da Paz	G8
Valentinas	G9
Assentamento	G10
RC – B	G11

Fonte: Elaboração Própria

Para realizar a análise socioeconômica foram abordados 189 participantes, divididos da seguinte forma:

Tabela 2 – Divisão dos participantes

Grupo	Número de Integrantes	Participantes da Pesquisa
G1	21	13
G2	26	17
G3	30	22
G4	21	13
G5	33	24
G6	15	13
G7	20	15
G8	27	20
G9	15	8
G10	27	21
G11	27	23

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela a seguir serão apresentados os quatro participantes que foram abordados com questões abertas, nessa tabela serão apresentados suas formas de identificação e suas respectivas características.

Tabela 3 – Identificação dos Participantes

Identificação	Idade	Tempo de Participação	Grupo
P1	33 anos	2 anos e 6 meses	G1
P2	42 anos	3 anos	G11
P3	38 anos	6 anos	G11
P4	41 anos	6 anos	G3

Fonte: Elaboração Própria

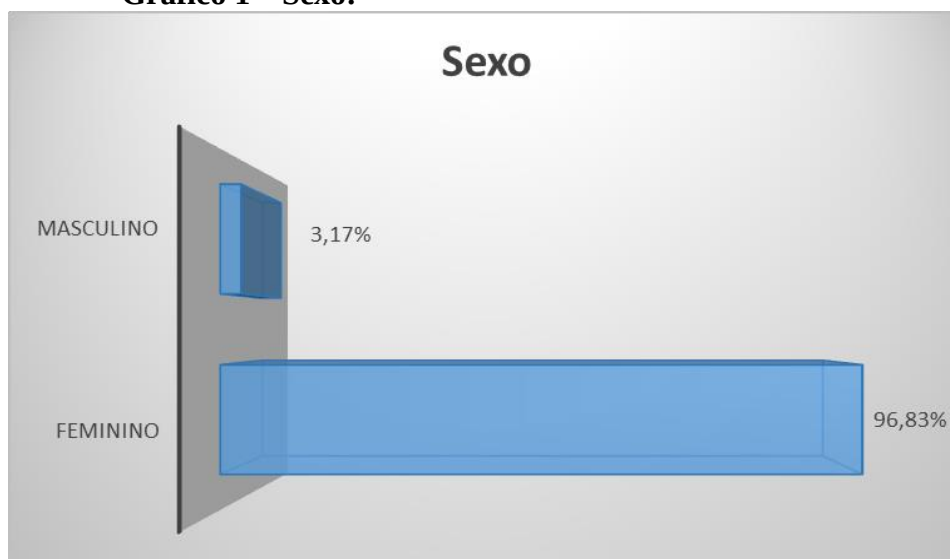
4.5 – Análise dos Dados

Neste tópico será realizada a exposição dos dados coletados durante a pesquisa, seguidos de uma análise estatística dos dados quantitativos e de uma análise crítica dos dados qualitativos.

4.5.1 – O perfil socioeconômico dos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Ouroeste.

De início mostraremos os resultados dos dados coletados referentes ao perfil socioeconômico dos participantes dos grupos.

Gráfico 1 – Sexo:

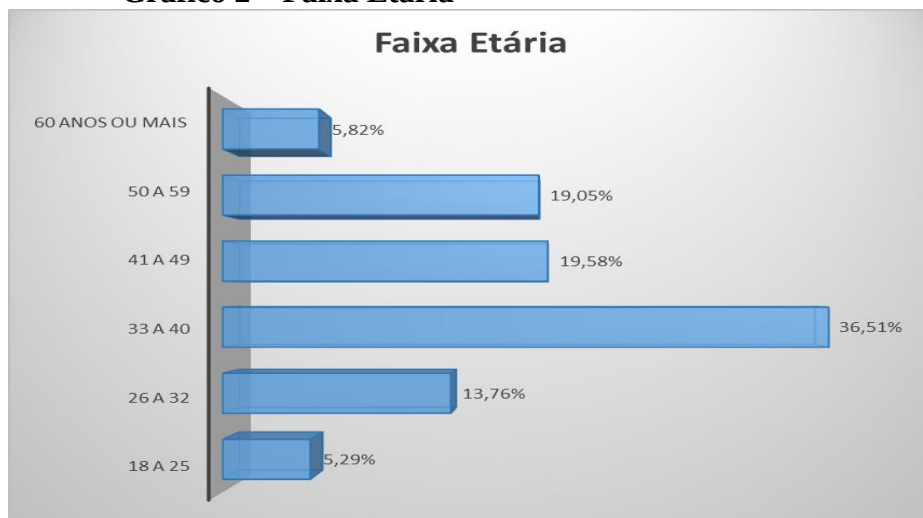


Fonte: Elaboração Própria

Como pode ser observado, os grupos são compostos por um enorme número de mulheres, sendo 96,83% feminino e apenas 3,17% masculino. Podemos entender esses dados

se levarmos em consideração o fato de que a política de assistência em si direciona o foco às mulheres, priorizando até mesmo que os cadastros das famílias sejam abertos no nome da mulher, sendo ela reconhecida enquanto a responsável familiar, na grande maioria das vezes.

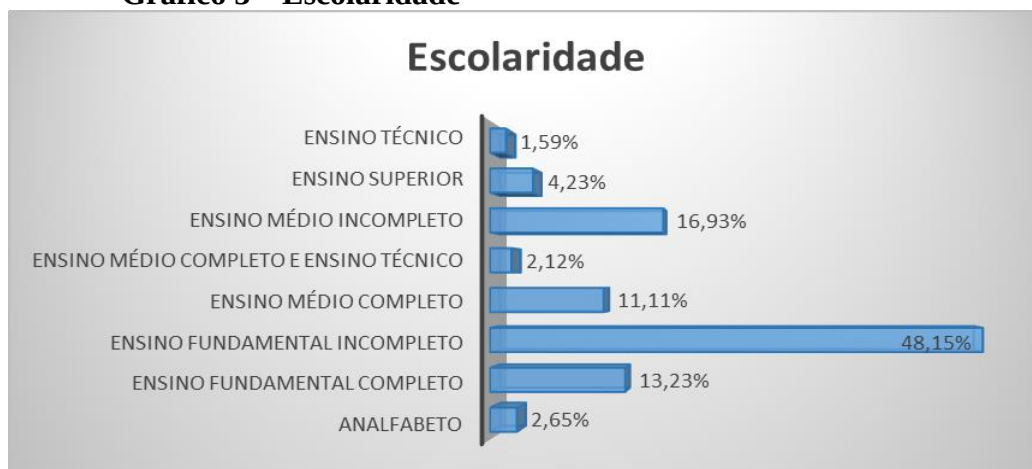
Gráfico 2 – Faixa Etária



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 2 nos mostra que o maior número de participantes dos grupos encontra-se na faixa etária entre 33 e 40 anos apresentando um percentual de 36,51%, seguida da faixa etária entre 41 e 49 anos com um percentual de 19,58%. A faixa etária entre 18 e 25 anos ocupa o menor percentual de participantes com apenas 5,29%.

Gráfico 3 – Escolaridade

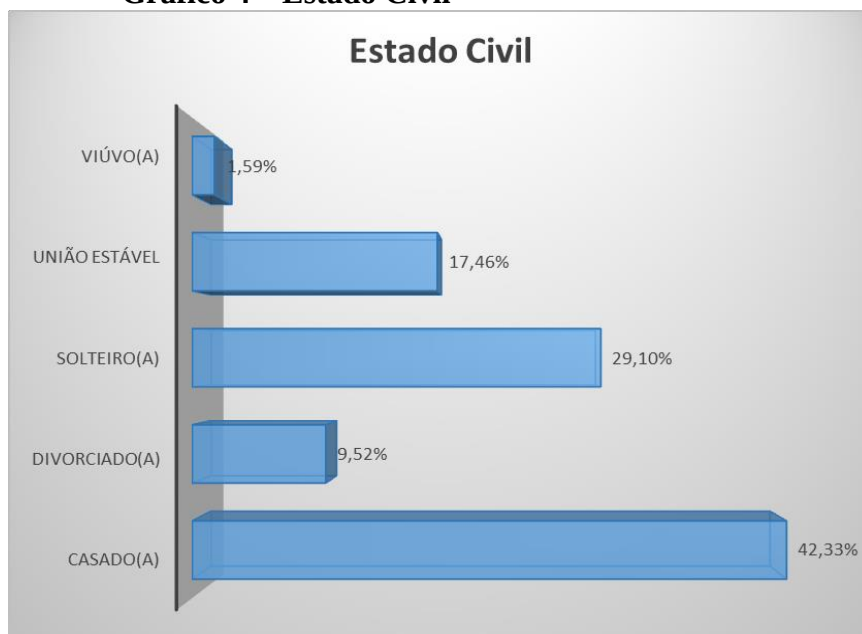


Fonte: Elaboração Própria

A partir dos dados apresentados pelo gráfico 3, podemos observar um nível de escolaridade muito baixo em relação aos participantes dos grupos, já que a metade (50,80%)

dos participantes entrevistados não tem o ensino fundamental completo, enquanto apenas 4,23% dos entrevistados tem o ensino superior.

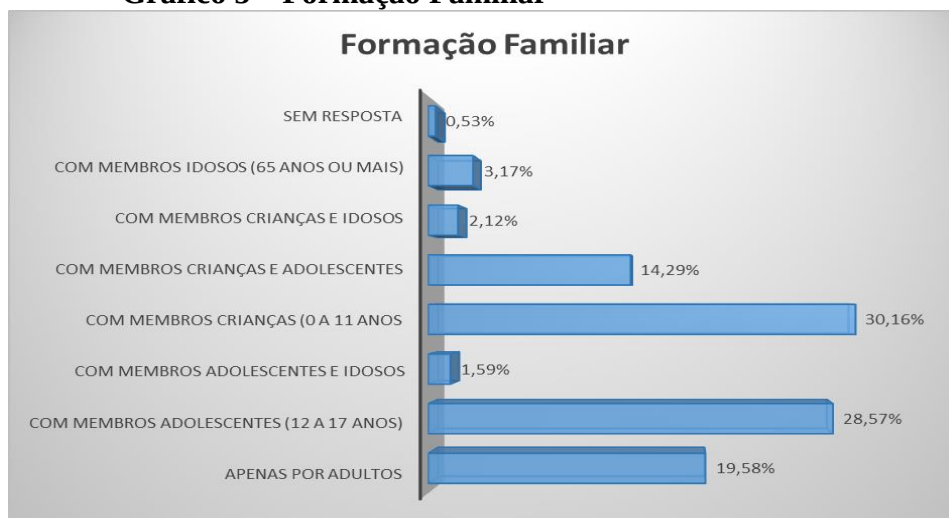
Gráfico 4 – Estado Civil



Fonte: Elaboração Própria

Entre os entrevistados, os participantes casados são a maioria com um percentual de 42,33%, seguidos dos solteiros com 29,10%. Já os viúvos são a minoria com apenas 1,59% dos participantes entrevistados.

Gráfico 5 – Formação Familiar

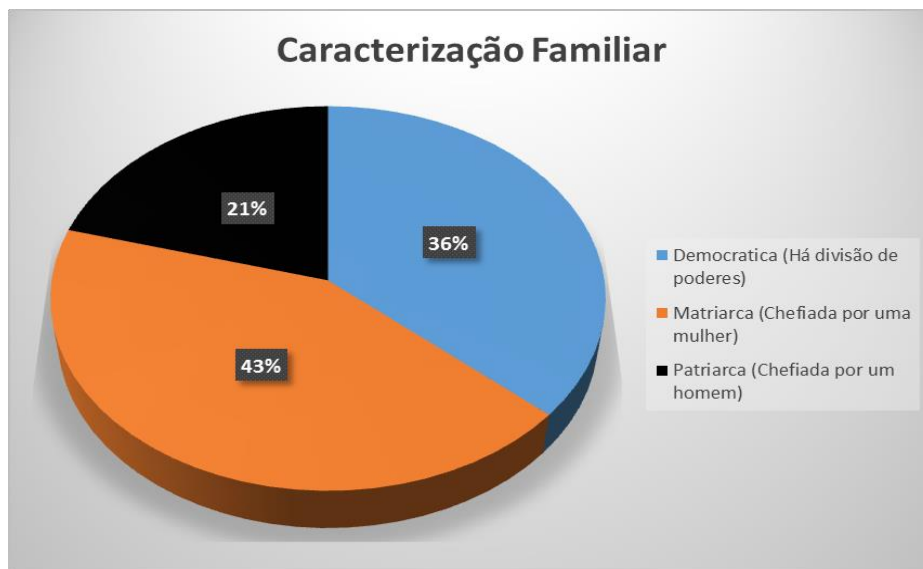


Fonte: Elaboração Própria

Quanto a formação familiar, nota-se que é grande o número de famílias com membros crianças (30,16%), em seguida apresenta-se as famílias com membros adolescentes

com um percentual de 28,57%. Ao destacar esse número significativo de crianças e adolescentes, vale ressaltar que esse número se dá devido a população de Ouroeste compor um percentual de 18,8% de pessoas com idade inferior a 15 anos.

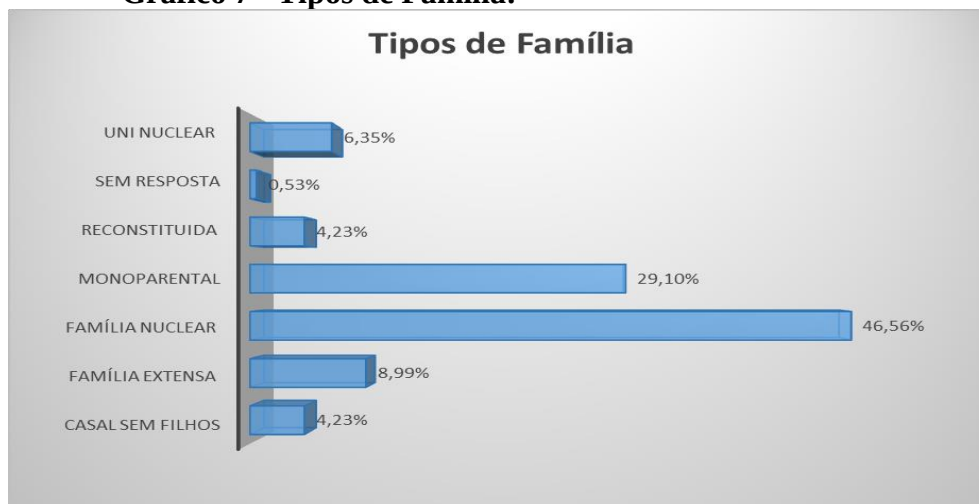
Gráfico 6 – Caracterização Familiar



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 6 nos apresenta que das 189 famílias entrevistadas, a maioria são chefiadas por mulheres, ou seja, matriarca com 42,86%, seguida pela divisão de poderes com 36,51%, e por último 20,63% de famílias chefiadas por homens (patriarca). Isto nos mostra que a mulher nos dias de hoje não assume somente o papel de dona de casa mas também, que vem conquistando o seu espaço na sociedade, percebendo seu valor e a sua capacidade.

Gráfico 7 - Tipos de Família:



Fonte: Elaboração Própria

Conforme apresenta a figura 7, podemos observar que entre os entrevistados, 46,56% pertencem às famílias nucleares, já em menor número são os participantes entrevistados que pertencem às famílias reconstituídas (4,23%), e também os casais sem filhos (4,23%).

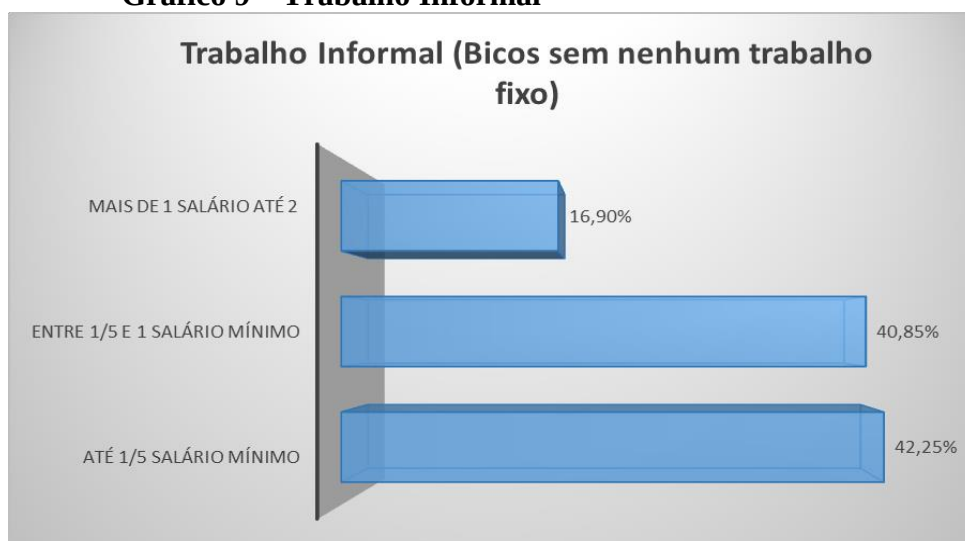
Gráfico 8 – Vínculo Empregatício



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao vínculo empregatício nota-se um número muito baixo de participantes que possuem registro na carteira de trabalho, apenas 13,23% dos entrevistados possuem atualmente carteira registrada em exercício. Podemos observar também um grande número de participantes que não estão inseridos em nenhum trabalho fixo (37,57%).

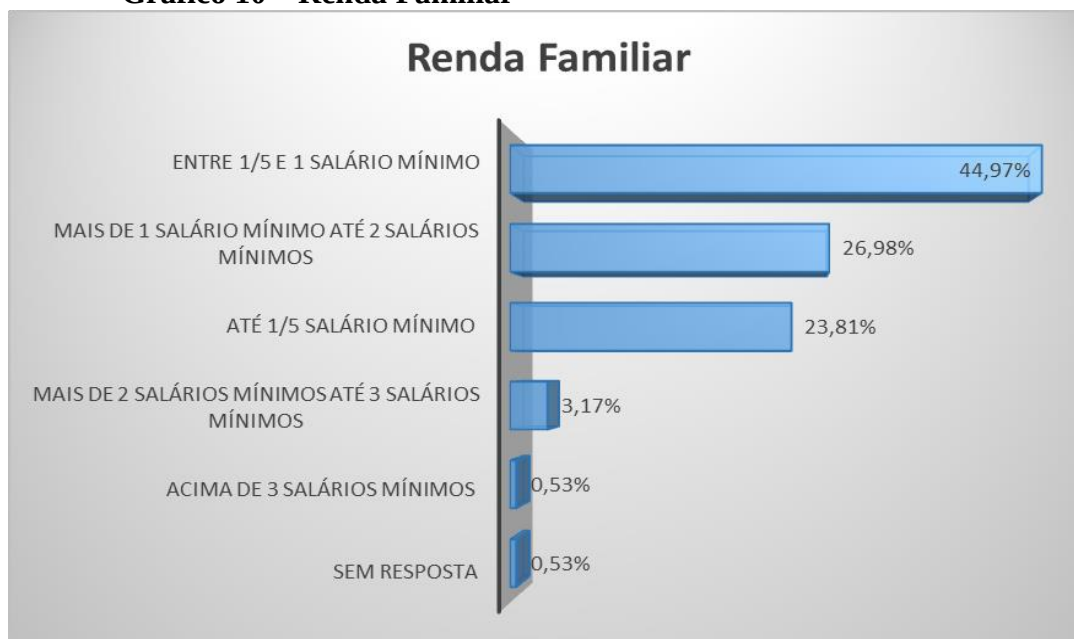
Gráfico 9 – Trabalho Informal



Fonte: Elaboração Própria

Ao falar dos trabalhos informais realizados por muitos participantes desses grupos, detalhados no gráfico 8, identificamos que a maioria das pessoas que exercem esse tipo de trabalho encontram-se com uma baixa remuneração mensal, sendo que 42,25% delas chegam a receber até meio salário mínimo, apenas.

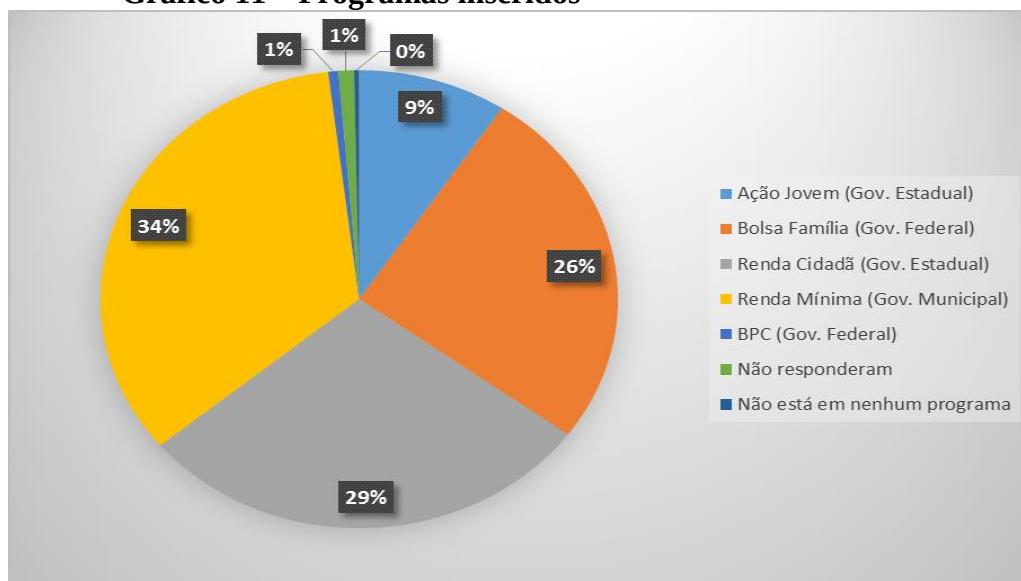
Gráfico 10 – Renda Familiar



Fonte: Elaboração Própria

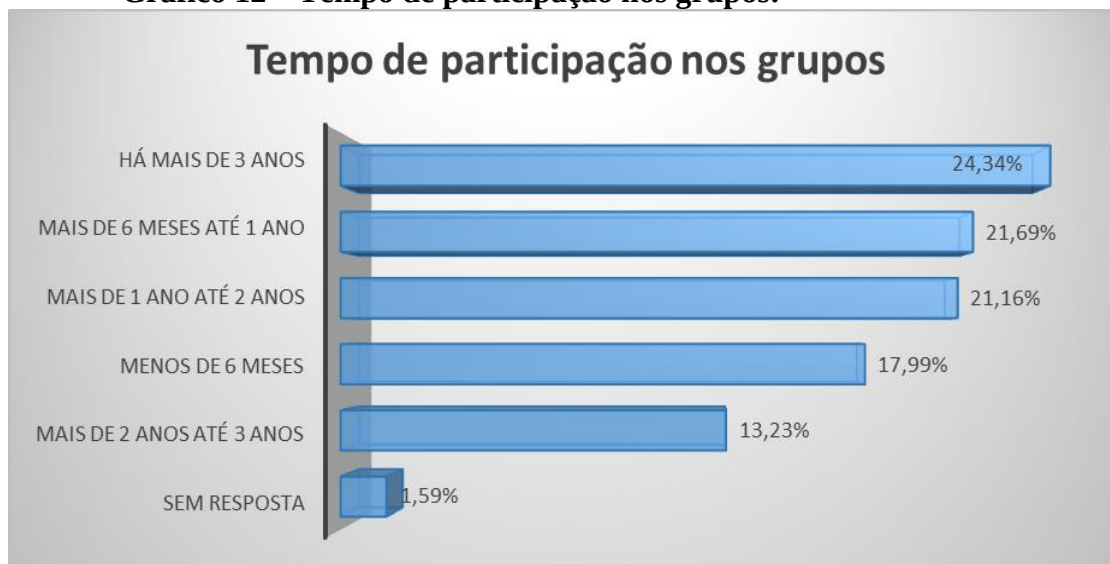
Como podemos observar, a renda familiar entre 1/5 e 1 salário mínimo é a que prevalece entre as famílias com 44,97%, enquanto apenas 0,53% das famílias beneficiárias recebem acima de 3 salários mínimos.

Ao relacionar a renda familiar com o vínculo empregatício (gráfico 8) podemos considerar que as rendas das famílias estão baixas devido as famílias não estarem tendo acesso ao mercado de trabalho ou estão tendo acesso, em sua maioria, a trabalho precarizados.

Gráfico 11 – Programas inseridos

Fonte: Elaboração Própria

Dentre os 5 programas sociais que os entrevistados estão inseridos, o programa com maior percentual de participantes é o programa do governo municipal, Renda Mínima (34%), seguido do Renda Cidadã com 29% dos participantes entrevistados.

Gráfico 12 – Tempo de participação nos grupos:

Fonte: Elaboração Própria

Dentre os 189 participantes entrevistados, a maioria (24,34%) frequentam os grupos a mais de 3 anos, enquanto 17,99% dos participantes participam dos grupos a menos de 6 meses.

4.5.2 – Avaliação dos grupos na visão dos participantes.

A fim de apresentar um pouco da realidade dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos a partir da visão dos participantes, será apresentado a seguir uma análise a respeito da avaliação que esses participantes construíram durante a pesquisa em relação ao grupo e as demais atividades realizadas através dele. Para tanto, a partir dos resultados obtidos, elaboramos três Categorias de Análises, que serão exploradas a seguir:

Categoria de Análise I – A efetivação das características do trabalho socioeducativo: reflexão a partir das falas dos sujeitos da pesquisa.

Categoria de Análise II - A perspectiva dos participantes à cerca dos Grupos.

Categoria de Análise III – A intervenção profissional na perspectiva do público atendido.

Categoria de Análise I – A efetivação das características do trabalho socioeducativo: reflexão a partir das falas dos sujeitos da pesquisa.

Acesso à informação

Considerando que a dimensão informativa está presente em praticamente todo o trabalho do assistente social, tais como orientações sociais, direitos da cidadania, a decodificação do real (ELIAS;OLIVEIRA, 2008) e sendo de grande importância no trabalho com grupos, ao perguntar às entrevistadas se os encontros grupais proporcionavam acesso à informação, a resposta foi considerada de forma geral positiva. Principalmente para a entrevista P2.

Com certeza, e principalmente “nóis” aqui no assentamento sem energia, as informações são passadas “através” dos grupos. (P2).

Sim. (P1).

Sim, tem temas que a gente nem sabia. (P3).

Sim. (P4)

Reflexão e Espaço para debate.

Ao se tratar do espaço para debate nesses grupos, é muito válido considerar a importância do diálogo. Isso porque, segundo Junior e Pacheco (2009)

[...] há respeito pelo saber do outro e através do diálogo todos aprendem numa relação dialética e de constante busca e aprimoramento do conhecimento. [...] O diálogo é o modo pelo qual se estabelece uma relação diferenciada entre os sujeitos; trata-se de uma situação onde existe companheirismo e respeito pelo ser do outro. (p.106)

O espaço de debates é importante para que o assistente social trabalhe a esfera reflexiva. Para isso é necessário que os participantes desses grupos sejam ouvidos, desabafem etc. Além disso, Elias e Oliveira (2008) nos falam que a esfera reflexiva “deve envolver a análise da conjuntura, a reflexão sobre os problemas do dia a dia, tendo como conteúdo as contradições econômico-ideológico da organização social capitalista, sobre a luz do saber popular. (p.18)”.

Através da esfera reflexiva do trabalho socioeducativo, discutido por Elias e Oliveira (2008) e da dialogicidade proposta por Paulo Freire, os espaços para debate contribui para o processo de conscientização, envolvendo os usuários e a assistente social numa troca de conhecimento.

De acordo com Júnior e Pacheco (2009), tratar a dialogicidade é um importante passo na construção da autonomia e do sentir-se sujeito do conhecimento. Para isso, conforme discute Paulo Freire, os participantes devam expressar suas palavras e não apenas receberem informações prontas, na ilusão de que de fato atuam.

É... o espaço é muito bom, eu consigo assim (pausa) expor certinho as perguntas, “né”, fica muito fácil. A importância do diálogo é que a gente discute sobre muita coisa, sobre manicure, sobre o município “né”, muita coisa de utilidade. (P1).

Sobre perguntas e respostas que as vezes a gente debate com o grupo “né”, depois é que faz a conclusão, porque as vezes temos outro tema aí a gente conclui, mais parte do mesmo assunto [...] a importância desse diálogo é que tem coisas que as vezes a gente não tinha conhecimento, e através do diálogo a gente passa a ter conhecimento das coisas. (P2).

O espaço pro debate é um de cada vez [...] Sim, todos se sentem à vontade. [...] A importância do diálogo é que muita coisa a gente “ta” em dúvida, a gente esclarece um para o outro, e a assistente social esclarece muita coisa que a gente não sabe, ela esclarece pra gente, é muito importante. (P3).

O espaço é bom [...] dependendo da pessoa que tiver fazendo as reuniões sim, dependendo da outra pessoa não, porque eu sempre acabo discutindo. [...] Ah, eu acho o dialogo muito importante, porque as vezes a gente chega lá meia cabisbaixa “né”, as vezes você conversa com um, com o outro, as vezes também tem alguns temas que é muito interessante. (P4).

Dessa forma, nota se que as entrevistadas classificam o espaço de debate como algo muito bom onde se sentem à vontade para expor suas dúvidas, pensamentos, além de adquirir mais conhecimento.

Participação de espaços coletivos.

No momento em que trouxe a informação, trabalhou a reflexão deixando os participantes pensarem e exporem suas ideias sobre determinados temas, trata-se agora de

trabalhar o incentivo dos usuários em estarem participando dos campos de luta de direitos. Em relação a isso, de modo geral, as participantes dos grupos se dizem incentivadas a estar participando dos espaços coletivos.

Tem, a gente tem incentivo. (P1).

Sempre, a gente participa. Essa última conferência eu achei muito interessante, porque foi a primeira “né”. Como sempre tinha mais eu nunca dei importância. Inclusive eu e meu marido foi, e foi muito boa, porque eu nunca tinha assistido uma conferência. Também teve palestra que teve uma peça sobre pedofilia, foi muito lindo também, eu amei aquela peça, eu gostei muito. (P2).

Sim, somos, na conferência no Rotary eu “tava”. (P3).

Sim, somos. (P4).

A organização coletiva

Além de incentivar a participarem dos espaços coletivos o papel do profissional é também incentivar os grupos sociais a reivindicar seus direitos de forma coletiva, pois de acordo com Junior e Torres (2009) é de forma coletiva “que as pessoas se educam e se identificam. Nesse sentido, destacamos a necessidade de haver enfrentamento da realidade opressora por meio da reorganização dos movimentos sociais. (p.41)”.

Dessa forma, ao serem questionadas sobre o incentivo à reivindicação dos seus direitos, as entrevistadas de modo unânime, a resposta foi positiva.

Sim, somos incentivados a procurar por exemplo a câmara para reivindicar, mobilizar, correr atrás dos direitos “né”. [...] e somos incentivados pelas assistentes sociais. (P1).

“Nóis” sempre está reivindicando, principalmente por ser assentados, porque as pessoas daqui é um grupo que quando ele se reuni pra reivindicá eles vão atrás mesmo. Eles foram até em Jales a pé. Fomos até à Caixa de Fernandópolis, nós fechamos a Caixa de Fernandópolis. E Graças a Deus nós conseguimos, porque sabemos que é nosso, nosso direito, e temos que ir atrás de nosso direito. Olha, nos grupos a assistente social sempre traz pesquisa diferenciada, outras épocas ela manda nós sugerir o tema. Já aconteceu de nós trazer o tema e ela trazer o conhecimento pra “nóis” “sabe” sobre o tema. (P2).

“Nóis” é incentivado, “nóis já “ta” lá e já fala, *Fulano de tal vamos fazê tal coisa assim e assim? Quem é que aceita? Quem concorda? Levanta a mão ou fala alguma coisa.* E assim por diante. O Nosso incentivo é pro grupo todo. (P3).

Para que esse incentivo se concretize, Paulo Freire nos fala que é necessário a tomada de consciência por parte dos oprimidos, sendo assim necessita se de alguém para instiga-los nesse processo de conscientização

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar. [...] Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; [...] Isto é verdade se se refere às forças da natureza [...] isto também é assim nas forças sociais [...]. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer. (FREIRE, 1980, p. 40).

Quando perguntamos se seria possível unir forças para reivindicar, todas responderam que sim, seria possível. Porém, todas alegaram também que o grande problema para essa união é o medo.

Sim, eu acredito, porque se juntar o grupo total, por exemplo, das pessoas, e correr atrás dos direitos tem como reivindicar algo, tem como fortalecer. E há muitos desafios porque uns vai e outros fala que não vai, tem medo de as vezes ir levar consequência. (P1).

É possível, desde que as pessoas sejam unidas, porque tem pessoas que tem medo, então esse medo gera você não progredir. Você não precisa brigar pra você ter as coisas, basta você chegar junto com um grupo unido.[...] Se tivesse um grupo pra ir lá na câmara, e só o fato da gente “ta” sentado lá, eles não iam querer saber de ficar tumulto, já ia resolvê nosso problema, mas muita gente tem medo. (P2).

É ali a partir do grupo que a gente consegue força, as “veis” “nóis” tem uma ideia e a assistente social fala *é assim mesmo*. As “veis” tem impedimento assim, como se diz, normal, um porque trabalha, outro porque “ta” doente, mais “nóis “fais” o possível pra gente “consegui” realizar. (P3).

Eu acho que se todo mundo reunisse, sim, mais tem muitos que falam mais na hora “da pra traz”. As opiniões é diversas, então não dá certo, elas se inibem. O Desafio é que a gente tem que dialogar muito, e tem gente que tem medo. (P4)

Categoria de Análise II – A perspectiva dos participantes à cerca dos grupos.

Importância da participação nos grupos.

A partir das respostas das entrevistadas, pudemos perceber que as mesmas consideram importante participar dos encontros, pois propiciam conhecimento, debatem assuntos relacionados ao dia-a-dia, trocam informações. etc:

[...] a gente comenta sobre muitos assuntos que vai assim ajudá no dia-a-dia da convivência da gente. (P1)

[...] até eu já aprendi muito, e aprende “né”. Porque tem vários temas, então ensina lidar com os filhos, aprendemos que hoje não é aquela mesma história de antigamente que a mulher não tinha serventia e hoje ela tem uma validade, tanto ela trabalha em casa como trabalha fora. (P2)

[...]sempre retransmito recado, é... as vezes eu viajo pra fora pra buscá conhecimento, buscá recurso pro município através da assistente social. Aí passo pro grupo tudo que “ta” acontecendo. (P3).

Sim, porque temos explicações e muitos debates. (P4).

Compreensão dos temas discutidos nos grupos.

De acordo com a leitura do artigo “A dimensão educativa do trabalho do assistente social no trabalho com grupos de beneficiários dos programas sociais”, pudemos perceber que ao início de cada ano, a assistente social junto aos participantes dos grupos escolhem os temas para serem trabalhados/discutidos.

A cada encontro discute-se um tema. Cabe ressaltar que a escolha dos temas se dá a partir de um prévio levantamento realizado anualmente com os grupos, onde os integrantes apresentam as temáticas de interesse. Porém, a escolha de determinado tema não é algo determinante, pelo contrário, de acordo com o momento vivenciado por determinado grupo, pode ser que surja a necessidade da discussão de um tema diferente do que havia sido planejado para tal encontro. Nesse caso, é preciso ter abertura e criatividade para conseguir direcionar a atividade de forma que a mesma venha ao encontro das necessidades demandadas. (SOUZA et al. S/P. 2015).

Ao perguntarmos se esses temas discutidos possibilitam a compreensão, as respostas foram positivas.

Sim, Consigo. (P1).

Consigo. (P2).

Sempre, quando não entendo faço pergunta, não fico enganada (risos), faço pergunta mas sempre compreendo. (P3).

Alguns, tem uns que não. (P4).

Essa abertura para que eles tragam os temas para os grupos é importante, pois

O processo educativo deve desafiar o educando a penetrar em níveis cada vez mais profundo e abrangentes do saber. Nisso se constitui uma das principais funções do diálogo, que se inicia quando o educado busca a temática significativa dos educandos, procurando conhecer o nível de percepção deles em relação ao mundo vivido. (ASSUMPÇÃO et al. p. 89).

Tema que mais gostam de discutir.

Em relação aos temas que eles trazem para serem discutidos nos grupos, as participantes destacaram quais temas elas mais gostam de discutir.

Sobre o município, pra gente “ta” por dentro do que está acontecendo “né”, pelos temas que eles estão elaborando, as propostas. (P1).

Gosto de discuti e inclusive pedi pra assistente social uma palestra sobre as marias. É que as mães passavam pros filhos a mesma coisa, e os filhos reproduzindo os mesmos erros as mesmas coisas, e hoje tem uma diferença. (P2).

Não tem assim, específico. Cada reunião a gente tem um tema, um ponto diferente, cada dia a gente aprende coisas novas e passa coisas novas. (P3).

Eu gosto de discutir os direitos que a gente tem, os deveres. E quando a gente vai num posto de saúde, por exemplo, você tem direito a pegar o remédio, ou você tem direito a fazer aquele exame que eles não querem fazer, e você sabe que você tem aquele direito e você tem que brigar por ele. Eu penso assim, se é direito da gente, a gente tem que correr “atras” “né”, e eu sou assim, se falar que eu tenho direito daquilo, eu vou “atras” até o fim. Se é direito, é direito. (P4).

Ao analisar a resposta da entrevistada P4, podemos perceber que ela tomou consciência de seus direitos e agora sempre que necessário ela luta por eles. Isso comprova que esses espaços assume a estratégia de ação e reflexão para o desenvolvimento consciente da organização e mobilização dos sujeitos envolvidos. Comprova também que as reuniões desses grupos não deve se limitar somente em trocar informações mas também para o amadurecimento político do grupo.

Mudança na convivência após participação nos grupos.

Ao questiona-las se a participação nos grupos contribuiu para que houvesse mudanças na forma de enfrentar os problemas, mais uma vez de maneira unanime as respostas foram sim.

Sim, a participação nos grupos contribui. (P1)

Sim, tipo na mudança, entre pais e filhos, essa foi muito chamativa pra mim. Esse tema foi muito importante, é uma forma de como a gente lidar com os filhos porque as vezes a gente acha que é só ensinar, e é além de ensinar. Pra mim contribuiu muito, foi uma evolução. (P2).

Mudou bastante. Na minha vida e na vida de muitas famílias. Não só na vida como nos lares “né” que através de palestras tinha coisa que a gente não sabia, igual a Maria da Penha, não sabia nem explicá direito para alguém como “qui” tinha que fazê, o que realmente acontecia, e aí através disso então, tanto dessa lei como outros tipos de lei, de assunto, a gente aprende bastante. A participação nos grupos contribui e bastante. (P3).

Sim, muitas vezes pra gente é. Tem hora que a gente acha difícil tomar uma decisão, mais a gente vai na reunião e tem tema ali que é a minha cara. (P4).

Através das respostas das participantes, é possível perceber que os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos contribuem para que as mesmas possam tomar difíceis decisões.

Discussão dos problemas sociais nos grupos.

As participantes entrevistadas ressaltaram que é muito importante discutir os problemas sociais referentes ao seu município.

É importante, é muito importante, porque a gente fica por dentro de muita coisa. Essas discussões ajuda a gente conviver com as pessoas que a gente tem ao redor. (P1).

É importante discutir, porque é uma forma de saber o que está acontecendo ao seu redor, porque o mundo lá fora está cheio de coisas novas que não convém. Na medida que você vai discutindo você vai tendo noção das coisas, e talvez muitas coisas acontecem lá fora e a gente não fica sabendo. Contribui mesmo “nóis” sendo rurais. (P2).

“Nóis discute sempre. Pra mim é importante porque é a onde a gente descobre “né” o que “ta” acontecendo dentro do município “né”. Contribui de várias formas. [...] A sessão da câmara mesmo, a gente não sabia que a gente “pudia” ter o direito de ir participar das sessões da câmara, e a assistente social alertou a gente sobre isso “daí”. [...] a gente não sabia e “discubriu” através dos grupos. Isso é um exemplo. (P3).

Sim, porque aqui no Ouroeste tem muito problema de alcoolismo e drogas com adolescentes que mexe com muita drogas. [...] muitas vezes quando a gente vai fazer um debate sobre droga sempre tem uma mãe com um filho, ou um parente. Então sempre contam a dificuldade que é, e que é difícil tirar a pessoa daquele estado que ele “ta”. Eu acho muito interessante sim. (P4).

De acordo com as falas das entrevistadas é possível afirmar a importância dos temas discutidos nos grupos. Para as participantes são momentos de conhecer o que está acontecendo em sua comunidade, alegando que é uma forma de estar por dentro do que acontece.

Relação dos assuntos discutidos nos grupos com o dia-a-dia.

Ao se tratar dos assuntos discutidos nos grupos, as entrevistadas disseram que conseguem relacionar esses assuntos com o dia-a-dia vivenciado pelas mesmas.

Sim. (P1).

É isso aí que “nóis” “fais”, a gente usa isso aí, as “veis” a gente não sabe. As “veis” “nutícia”, pesquisa, a gente descobre lá através delas. As “veis” a

pessoa sabe e nunca passou pra ninguém, e passa nos grupos nas reuniões onde todo mundo fica sabendo, e as “veis” é uma coisa que a gente não sabia, e se ficasse sabendo ia ajudar a gente e muito, e não só eu mais como todas as famílias no grupo, e aí ajuda muito. (P3).

Tem certos assuntos que sim, tem outros que não. Pelo menos os das famílias dá pra gente discuti e “trazê” pra casa. (P4).

Pontos positivos.

Ao perguntarmos a elas sobre os pontos positivos de participarem nos grupos, as justificativas foram variadas, entre elas a informação do que acontece no município, aprendizagem, o interesse pelas reuniões.

A gente fica orientada sobre o município, sobre o que está acontecendo, sobre todos os termos. (P1)

Os pontos positivos é a aprendizagem. (P2).

São aqueles que as pessoas dão mais atenção “né”? Que quando a assistente social “fais” a pergunta eles responde, se interessa mais pela reunião, pelo encontro. Esses são os mais positivos. (P3).

Os pontos positivos é que a gente conhece muita gente, e tem tema que se eu não “to” passando aquilo mais tem aquela pessoa que “ta”, então a gente pode ajudar ali no debate. (P4).

Essas respostas, principalmente a última, nos faz relacionar com o pensamento de Paulo Freire (1980), quando o mesmo diz que o Círculo de Cultura é um espaço onde o povo discute os problemas.

Pontos negativos.

Em relação aos pontos negativos nota-se também a diferença nas respostas das participantes entrevistadas tais como a perda de aprendizagem quando faltam dos encontros e a falta de compromisso por parte de algumas participantes.

Não tem. (P1).

Os negativos (pensando) olha, eu acho que não tem não. Porque o negativo é quando a gente falta, porque no momento que a gente falta a gente perde uma aprendizagem “né”. Porque cada vez que “nóis” vai no grupo a gente aprende coisa diferente. (P2).

[...] é ruim porque tem “veis” que tem trabalho que a gente qué fazê, uma coisa muito importante, e as vezes muitos faltam. As vezes outros no momento da reunião, da palestra, sai, vai conversar em grupinho, então é um momento que é ruim “né”. (P3).

Dessa forma, vale ressaltar a importância que as participantes dos grupos dão aos encontros grupais.

A entrevistada P4 reclama da contradição das falas dos profissionais:

Eu acho negativo quando as vezes no debate eles falam umas coisa, mais quando a gente vai “atras” não é totalmente o que eles falam, é totalmente diferente. (P4).

Destaca-se então a importância do compromisso do profissional com as informações prestadas. É necessário que o profissional estude para oferecer informações de qualidade aos usuários e assim não acontecer problemas como esse. É de grande importância também a socialização das informações por parte dos profissionais, pois é a partir dessa socialização que as pessoas envolvidas nesse processo de conscientização, passe a ampliar seu conhecimento crítico dessa realidade, e aproprie-se desse conhecimento como um instrumento para lutar por seus direitos.

Categoria de Análise III – A intervenção profissional na perspectiva do público atendido.

Papel profissional.

De acordo com as orientações técnicas, o assistente social deve buscar meios de estabelecer vínculos com os participantes dos grupos. Esse vínculo faz com que os trabalhos nos grupos sejam favorecidos. De acordo com o MDS, o vínculo estabelecido faz com que os trabalho com as pessoas e entre as pessoas.

[...] favorece o atendimento, pois democratiza e horizontaliza as práticas profissionais construindo laços de compreensão, confiança, respeito e a valorização dos saberes das famílias. Destaca-se que o trabalho [...] necessita ser entendido como uma relação dialética, onde as duas partes modificam e são ao mesmo tempo modificadas. (BRASIL, p. 49, 2012)

Ao tratar da importância do papel do assistente social nos grupos, as entrevistadas apontaram a orientação e o incentivo como os principais papeis nesse processo de conscientização.

Ao questionar a participante (P1) sobre o papel dos profissionais, é importante destacar o compromisso dos/das profissionais em relação a orientação dos usuários sobre seus direitos. Fica evidente que o profissional deve cada vez mais incentivar a população a se mobilizar e não ficar só na informação, e que é possível acontecer a mudança quando o profissional faz os usuários entender que tudo que eles recebem é por direito e ninguém vai tirar isso deles. Pois é fundamental a importância dos atos mobilizadores do profissional.

Então, eles fazem um papel muito bom. Eles são muito profissionais. Eles são eficientes mesmo para incentivar. Porque eles chegam, conversam, orienta, tem muita orientação pra ir atrás dos direitos pra recorrer, Porque a parte deles eles faz, que é incentivar, orientar a gente a buscar o que a gente precisa, a falha as vezes está na gente mesmo de não ir. (P1).

A fala da participante (P2), sobre o papel do coordenador do grupo vem de encontro com os dizeres de Paulo Freire que diz que o papel do educador é o de despertar a vontade de discutir assuntos entre os participantes dos grupos, de orientar, direcionar os participantes mas não o de fazer as lutas por eles ,se não corre-se o risco de reproduzir a lógica da dominação. Pois o educador tem que fazer com que as pessoas reflitam a ponto de elas se organizarem e terem interesses por lutar por seus direitos.

Os profissionais dão dica, a única coisa que eles não podem é se por na frente, a gente que tem que tomar decisões e ter coragem de ir lutar, os profissionais incentivam nós a lutar e é uma forma muito boa, tipo, essas palestras que eles estão dando. Isso faz sentido porque muitas coisas a gente não sabia, o papel deles é orientar nós, sempre orientando o que “fazê” como “fazê”, como agir, porque não é de qualquer forma que temos quer agir. Eles estão orientando bem, o papel deles é orientar. (P2).

[...] um orientador pra poder “esclarecê” as coisas pra gente [...] (P3).

Desta forma é possível afirmar que os grupos propiciam conhecimento pois são espaços para escutar a população no qual todos trabalham no coletivo ninguém vai discutir sozinho. Nesta fala da (P3) percebe-se que mais uma vez é visível os dizeres de Paulo Freire em sua obra da Pedagogia do Oprimido que diz que ninguém liberta ninguém ,ninguém se liberta sozinho: todos se libertam em comunhão.

[...] para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionário não é a “propaganda libertadora”. Não está no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles. (FREIRE, p. 30. 1987)

Mudanças nos instrumentais metodológicos dos grupos

Para finalizar, perguntamos à elas, o que precisaria mudar nos encontros, dessa vez, apenas uma respondeu que não necessitava de mudança:

Eu acho que não precisa de mudança, porque os temas relacionado à reunião são temas bons, ajuda a gente na convivência do dia-a-dia. Os temas são muito são muito eficientes. (P1).

Algo que já discutimos que poderia estar trazendo pelo menos uma vez por mês era trabalho reaproveitável. E aqui nós não temos cursos e essa mudança poderia “ta” acontecendo porque muitas coisas poderia ser reaproveitadas, só deles trazer eles irão estar ensinando também. (P2).

Um cursinho pra mudar um pouquinho das rotinas da reunião, só que a assistente social também não traz uma coisa repetitiva, cada reunião é uma coisa nova, um assunto novo, uma nova ação, então não é uma rotina só. (P3)

A resposta da última entrevistada nos mostra o vínculo que os participantes dos grupos têm com o assistente social. Um vínculo tão forte ao ponto de preferir que somente o assistente social possa realizar as dinâmicas.

O que poderia mudar seria só a assistente social fazer a reunião com o grupo, porque tem pessoa que não tem nada a vê. Porque quando eu chego na reunião e não é a assistente social eu mudo totalmente. E se falam um tema que me ofende, eu falo mesmo. (P4).

Isso acontece porque os profissionais que vão substituir o assistente social, muitas vezes acabam não desenvolvendo um grupo, um círculo de debates, mas sim palestras ou falas informativas fazendo com que eles – os participantes – percam um pouco do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de conhecer os grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Ouroeste/SP a fim de identificar o perfil das pessoas que frequentam esses grupos, o que é discutido nesses grupos e até mesmo o que essas pessoas levam pra si, percorremos um caminho abordando o contexto histórico da Assistência Social e do Serviço Social, e trouxemos as contribuições das obras freiriana para o trabalho social com famílias sendo possível alcançar tais objetivos.

De acordo com os dados encontrados pudemos identificar grupos compostos majoritariamente do gênero feminino, no qual a maioria delas estão com o ensino fundamental incompleto e não possuem um trabalho fixo, procurando manter sua fonte de renda através de bicos.

Compreendemos que os grupos de convivência contribuem muito para o trabalho do PAIF ao se tratar de promover às famílias o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Destacamos que essa contribuição se dá por meio de espaço para debates, dinâmicas, rodas de bate-papos, etc.

Ao longo desse trabalho, pudemos identificar que a dimensão educativa é a principal arma de trabalho do assistente social – até porque as práticas educativas estão no serviço social desde sua origem – pois as atividades desenvolvidas, hoje, através dessa dimensão vão de acordo com o projeto ético político da profissão, que no qual, devem levar as camadas populares a compreender o espaço em que estão inseridas, fazendo-as analisar e explicar tal realidade.

Ao falarmos da Educação Popular, identificamos que ela, e/ou mais precisamente o círculo de cultura, formam a parte essencial do processo de educação de Paulo Freire. Esse processo faz com que construa com o povo, a partir dos interesses dos grupos populares, possibilidades de decisão e ação política de forma coletiva.

Em relação aos grupos, pudemos observar que apresentou mudanças significativas nas vidas dos participantes, onde a partir da participação nesses espaços muitos começaram a ter outra visão da realidade, passaram a ter maiores conhecimentos sobre o meio em que vivem fazendo assim com que mudassem suas atitudes na sociedade em que se encontram.

Podemos dizer que a realização desse trabalho de conclusão de curso foi muito importante para nós, pois além de conseguirmos atingir os objetivos propostos, podemos conhecer melhor o que vem por trás dessa metodologia de trabalho, o que levou a realizar esse trabalho com famílias, quem realmente é o verdadeiro responsável.

Vale dizer que é importante vermos que mesmo os participantes indo nesses encontros apenas por serem beneficiárias dos programas de transferência de renda elas conseguem levar para si o conhecimento da realidade, compreendendo que os problemas não são individuais e assim passam a ter a vontade de lutar.

Destacamos que o trabalho socioeducativo é uma junção de esferas e características e é importante destacar que os profissionais só realizam de fato o trabalho educativo quando conseguem efetivar todas as características - informativa, reflexiva, participativa e organizativa.

No decorrer dessa pesquisa identificamos a esfera informativa nas falas das participantes por meio de palestras, reuniões, orientações. Portanto se faz necessário afirmar que as entrevistadas em suas falas deixam claro que essa esfera está sendo efetivada e que em todo trabalho do assistente social, e também no código de ética da profissão, está presente a informação.

Destacamos também nos encontros grupais é possível identificar a reflexão, pois é partir dos grupos que os profissionais proporcionam espaços para debates, ouvindo os usuários e construindo conhecimentos juntos. Vale destacar que nas falas das entrevistadas é visível que as mesmas adquiriram consciência.

Em relação à Participação identificamos, que os trabalhos com grupos garantem espaços para que a população coloque seus pontos de vistas, e principalmente são incentivados pelos/as assistentes sociais a participarem de espaços deliberativos como os conselhos de direitos, conferências.

Compreendemos que a esfera organizativa é quando as participantes tem a informação, são orientadas sobre seus direitos realiza a reflexão, a partir dessa reflexão tem consciência e passa a ser participativo e se organiza entre eles.

Destacamos que os usuários se organizam entre eles mas ainda se mostram com muito medo. É muito preocupante quando vemos que mesmo elas compreendendo essa realidade, essa desigualdade, que mesmo tendo a vontade de lutar, ainda há o medo da ação.

Então, fica evidente a necessidade dos profissionais trabalharem melhor as quatro esferas das ações socioeducativas e buscarem onde estão acontecendo a falha que não permite a efetivação das quatro esferas, e sendo assim será possível efetivar todas as esferas no trabalho socioeducativo com grupos. Pois afinal a dimensão educativa está direcionada para a classe trabalhadora e podemos observar nesse trabalho de conclusão de curso que só vamos alcançar mudança com a organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura*: perfis pedagógicos da prática profissional. 4 ed. São Paulo. Cortez. 2011.

ASSUMPÇÃO, Raiane. et al. *Educação Popular na Perspectiva Freiriana*. Ed. L. São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Bolsa Família*. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 25/06/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *CapacitaSuas*, Volume 1. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*, 2009 (mimeo).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas do PAIF*, 2012 (mimeo).

CARVALHO, Graziela Figueiredo. *A Assistência Social no Brasil*: Da caridade ao direito. 2008. 58 p. Monografia (Graduação de Direito) – Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro. 2008.

CARDOSO, Franci Gomes. MACIEL, Marina. *Mobilização social e práticas educativas. Capacitação em serviço social e política social*: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Daiane Melo. *Movimento de Reconceituação do Serviço Social*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/movimento-de-reconceituacao-do-servico-social/46749/> . 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CAVALLI, Michelle. *O Serviço Social no setor empresarial: possibilidades de enfrentamento da Questão Social*. (S/D), 17 p. (Graduanda de Serviço Social). Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do/a Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93)*. Vol. 10, rev. e atual. Brasília, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?*. São Paulo: Cortez, 2006.

CRESS. *História do Serviço Social no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/historia-do-servico-social-no-brasil.html>>. Acesso em 15/out/2015

DALLAGO, CleonildaSabainiThomazini. *Estado e Políticas Sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza*. 2007. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (Mestre em Serviço Social). Universidade Federal do Maranhão. Maranhão. 2007.

DAMASIO, Elisabete Baptista. *Assistência Social – Avanços e Retrocessos*: reflexões sobre os limites da Política Nacional de Assistência Social no enfrentamento da Questão Social no Brasil. 2009. 99 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.

ELIAS, Wiataiana de Freitas; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. *As diferentes configurações da dimensão sócio-educativa do Serviço Social brasileiro na sua trajetória histórica profissional*. Revista Serviço Social e Realidade. Vol. 17. p. 61-83. Franca-SP. 2008.

Dimensão Sócio-Educativa do Serviço Social: Elementos para análise. Franca-SP, 2005.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido***. 17 ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.

FREIRE, Abraão dos Santos; CANDIDO, Sandra da Silva. ***Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil***. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira, Ano VI. Faculdade José Augusto. 2013.

GERHARDT, SILVEIRA: ***Métodos de Pesquisa***. 1.ed. Rio Grande do Sul. 2009.

GIL, Antonio Carlos. ***Como Elaborar Projeto de Pesquisa***. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. ***Iniciação à pesquisa científica***. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. ***O Serviço Social na contemporaneidade***; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. ***Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade*** IN Atribuições Privativas do/a Assistente Social – Em Questão. Brasília: CFESS, 2002.

_____. ***Renovação e Conservadorismo no Serviço Social***: Ensaios Críticos. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. ***Serviço Social em tempo de Capital Fetiche***: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. ***O Serviço Social na cena contemporânea***. Disponível em <http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/ff8bdad81bfe9bf1cf300f11f0e8b9685e265ccc.pdf> acesso em: 05 Set, 2015

JUNIOR, Israel Pacheco; TORRES, Michelangelo Marques. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: Assumpção, Raiane (Org.). **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. Ed.3. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

HENRIQUES, Lucas F. C.; TORRES, Michelangelo M. Potencialidades do Círculo de Cultura na Educação Popular. In: Assumpção, Raiane (Org.). **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. Ed.3. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

NASCIMENTO, Mariana Lucena. **Processo Constituinte de 1987/1988 e a participação da sociedade na elaboração do texto constitucional**: uma conquista de direitos fundamentais. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-processo-constituente-de-19871988-e-a-participacao-da-sociedade-na-elaboracao-do-texto-constitucional-uma-co,45381.html>> Rio de Janeiro. Acesso em: 4 out. 2015.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e educação popular**: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIANI, Édio João. **A Trajetória da Implantação do Neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>. Acesso em 07 jun. 2015.

MARINHO, Andrea Rodrigues Barbosa. **Círculo de cultura**: origem histórica e perspectiva epistemológicas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: **identidade e alienação**. – 11 ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, Brasília: 2009.

MINAYO, DESLANDES, GOMES. **Pesquisa Social** – Teoria, método e criatividade. 28. ed. – Petropolis.RJ: Vozes. 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica – NOB/2004**. Brasília: 2005.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O Trabalho com Grupos em Serviço Social**: A Dinâmica de Grupos como Estratégia para Reflexão Crítica. 1.ed. São Paulo. Cortez. 2013.

PNUD, 2010. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://www.pnud.org.br.idh/>. 2015.

RAMOS, Jefferson. **Ditadura Militar no Brasil**. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/ditadura/>. Sua Pesquisa.Com. 2015.

_____. **Neoliberalismo**. Sua Pesquisa.Com. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>.> 2015.

RASPANTI, Márcia Pinna. **O Fim da Ditadura Militar e a Abertura Política**. Disponível em <http://historiahoje.com/?p=1844>>. 2014

SILVA, Fernanda Cristina. **Assistência Social e Cultura Política**: o processo de uma política em construção. 2012. 129 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

SOUZA, Elaine Friozi Garcia; GIAQUETO, Adriana. Desafios para a efetivação da Assistência Social enquanto política pública no Brasil. 2014. 14 p. Universidade Estadual

Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Câmpus de Franca – SP.

SOUZA, Elaine F. G.; Koga, Julie C. F.; Silva, Aparecida R. ***A dimensão educativa do trabalho do Assistente Social no trabalho com grupos de beneficiários dos programas sociais.*** (2015). 12 p. Ouroeste, São Paulo. 2015.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. ***Carta Tema: A Assistência Social no Brasil, 1983-1990.*** 2.ed. São Paulo. Cortez. 1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, et al. ***Assistência na Trajetória da Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.*** 12 ed. São Paulo. Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. ***A menina Loas: um processo de construção da assistência social.*** São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Maria Solange. ***Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas.*** In: Serviço Social e Realidade, v. 13, n. 1, p. 04-23, jul/dez. 2010.

VARGAS, Glaucia. ***O Surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina.*** Disponível em: <<http://assistentesocialplus.blogspot.com.br/2014/04/o-surgimento-das-primeiras-escolas-de.html>. 2014.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira; GIOVANNI, Geraldo di. ***A Política Social Brasileira no Século XXI – A prevalência dos programas de transferência de renda.*** 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **O desenvolvimento dos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS-Ouroeste e os impactos à população atendida.**

Nome do Orientador(a): **Elaine Friozi G. Guimarães**

Nome do Pesquisador: **Edna Martins Teodoro Jacob**

Mairon Airan Vieira

O Sr(a) está sendo convidada (o) a participar e contribuir na pesquisa do trabalho de conclusão de curso de Serviço Social, intitulada “O desenvolvimento dos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS-Ouroeste e os impactos à população atendida.”

Sua participação é voluntária e não terá nenhum benefício direto, nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não há risco de qualquer natureza. Os benefícios relacionados à sua participação referem-se ao conhecimento que poderá ser produzido sobre o tema mencionado. O SR (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a Sr(a.). Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O seu tratamento será mantido sem nenhum prejuízo. O Sr (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e e-mail e endereço do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Esta pesquisa se dará através de questionário. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente anônimas e confidenciais, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que dele participam. Os dados coletados serão utilizados somente nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e ou revistas científicas.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados;

Eu, _____, RG _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar voluntariamente da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, li, entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas. Portanto autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome da Participante da Pesquisa

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador
Mairon Airan Vieira

Assinatura da Pesquisadora
Edna Martins Teodoro Jacob

Assinatura do(a) Orientador(a)
Elaine Friozi G. Guimarães

_____, _____ de _____ de _____

Pesquisadora:

Edna Martins Teodoro Jacob
Tel. (17) 99726-2894

Rua José Candido Marchi, 1687, Bela Vista, Ouroeste – SP
e-mail: ednacleo@hotmail.com

Mairon Airan Vieira
Tel. (17) 99731-1651

Rua Cezina Maria de Jesus, 947, Centro, Indiaporã – SP
e-mail.: mairon_airan18@hotmail.com

Perfil Socioeconômico – Grupos de fortalecimento de vínculos

Grupo: _____ **Bairro:** _____ **Sexo** () F () M

1. Idade:

- | | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| ☐ 18 à 25 anos | ☐ 33 à 40 anos | ☐ 50 à 59 anos |
| ☐ 26 à 32 anos | ☐ 41 à 49 anos | ☐ A partir de 60 anos |

2. Qual é o seu estado civil?

- | | | |
|--|--|-----------------------------------|
| ☐ Solteiro(a) | ☐ Casado(a) | |
| ☐ União Estável | ☐ Divorciado(a) | ☐ Viúvo(a) |

3. Escolaridade

- | | |
|--|--|
| ☐ Analfabeto | ☐ Ensino Médio Completo |
| ☐ Ensino Fundamental Incompleto | ☐ Ensino Técnico |
| ☐ Ensino Fundamental Completo | ☐ Ensino Superior |
| ☐ Ensino Médio Incompleto | |

4. Como é formada sua família

- ☐ Apenas por adultos
- ☐ Família com membros crianças (0 a 11 anos)
- ☐ Família com membros adolescentes (12 a 17)
- ☐ Família com membros idosos (a partir dos 65 anos)

5. Como você caracteriza sua família?

- ☐ Matriarca (chefiada por uma mulher)
- ☐ Patriarca (chefiada por um homem)
- ☐ Democrática (há divisão de poderes)

6. Sua família é:

- ☐ Família Nuclear (formada por pai, mãe e filhos)
- ☐ Monoparental (formada por apenas mãe e filhos, ou pai e filhos)
- ☐ Família Extensa (com algum familiar vivendo junto)
- ☐ Casal sem filhos

7. Somando a renda de todos que trabalham em sua casa, qual é a renda familiar

- ☐ Até ½ salário meio salário mínimo
- ☐ Entre ½ salário mínimo e 1 salário mínimo
- ☐ Entre 1 e 2 salários mínimos

8. Qual é o vínculo empregatício?

- ☐ Informal (bicos sem trabalho fixo)
- ☐ Informal (trabalho fixo sem registro na carteira)
- ☐ Formal com registro na Carteira de Trabalho
- ☐ Não estou trabalhando no momento

9. Sua família esta inserida em algum Programa Social

- ☐ Nenhum
- ☐ Renda Mínima (Gov. Municipal)
- ☐ Ação Jovem (Gov. Estadual)
- ☐ Renda Cidadã (Gov. Estadual)
- ☐ Bolsa Família (Gov. Federal)
- ☐ BPC (Gov. Federal)

10. Esta inserido(a) nos grupos a quanto tempo?

- ☐ Menos de seis meses
- ☐ Entre seis meses e um ano
- ☐ Entre um e dois anos
- ☐ Entre dois e três anos
- ☐ Há mais de três anos

**PERGUNTAS PARA ENTREVISTA COM AS PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE OUROESTE/SP**

1. Idade.
2. Grupo em que participa.
3. Tempo de participação.
4. No seu ponto de vista, a sua participação nos grupos é importante? Por que?
5. Quais são os pontos positivos desses encontros?
6. Quais são os pontos negativos?
7. Você consegue compreender os temas discutidos nos grupos com facilidade?
8. Como é o espaço de debate dentro dos grupos? Você se sente à vontade para expor as suas ideias? Qual a importância desse diálogo?
9. Vocês são incentivados a participarem de espaços coletivos para discutirem sobre os seus direitos, como por exemplo: conferências, sessões na câmara municipal, conselhos municipais de direitos, entre outros?
10. É possível identificar alguma mudança na forma como você enfrenta ou visualiza os problemas vivenciados após a sua participação nos grupos? A participação nos grupos contribui?
11. Qual tema você mais gosta de discutir? Por que?
12. É possível relacionar o seu dia-a-dia com os assuntos discutidos nos grupos?
13. Você acredita que é importante discutir sobre os problemas sociais do município nos grupos? Por que? Essas discussões podem contribuir de alguma forma? Em que?
14. É possível afirmar que os encontros grupais proporcionam acesso à informação?
15. A partir das participações no grupo vocês se sentem incentivados à se reunirem para reivindicar algo? Como isso acontece?
16. Pensando nas características dos grupos que você participa, você acredita que é possível unir forças para reivindicar os direitos de forma coletiva? Por que? Quais os desafios para que essa união aconteça?
17. Para você qual o papel dos profissionais que realizam o grupo para que as pessoas se sintam instigadas a lutar pelos seus direitos?
18. O que poderia mudar? Por que?